



Universidade Federal
Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

PÂMELA LUIZA DE OLIVEIRA TOLEDO DOS REIS

**AS PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL ACERCA DO CONCEITO
DE QUESTÃO AMBIENTAL**

**Mariana-MG
2025**

PÂMELA LUIZA DE OLIVEIRA TOLEDO DOS REIS

**AS PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL ACERCA DO CONCEITO
DE QUESTÃO AMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Mota Mascarenhas.

**Mariana-MG
2025**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R375p Reis, Pamela Luiza De Oliveira Toledo Dos.

As perspectivas do Serviço Social acerca do conceito de questão ambiental. [manuscrito] / Pamela Luiza De Oliveira Toledo Dos Reis. - 2025.

68 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Mota Mascarenhas.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Serviço social. 2. Impacto ambiental. 3. Gestão do conhecimento. I. Mascarenhas, Raquel Mota. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Pamela Luiza de Oliveira Toledo dos Reis

As Perspectivas do Serviço Social acerca do conceito de Questão Ambiental

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 02 de setembro de 2025

Membros da banca

Prof. Dra. Raquel Mota Mascarenhas - Orientador(a) (UFOP)

Prof. Me Verônica Medeiros Alagoano - (UFOP)

Assistente Social Tamires da Silva Cipriano - (Prefeitura Municipal de Mariana)

Raquel Mota Mascarenhas, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Mota Mascarenhas, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/09/2025, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0974306** e o código CRC **40BE30C8**.

Dedico este trabalho a Deus, pelo dom da vida e por me sustentar em todos os momentos; aos meus pais Elaine e Warner, pelo amor, incentivo e apoio incondicional e à minha irmãzinha Emanuelle por ser a minha alegria e motivação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida, por me conceder saúde, sabedoria e forças para chegar até aqui.

Aos meus pais Elaine e Warner minha eterna gratidão por todo incentivo, apoio e amor ao longo de minha trajetória acadêmica. Foram eles que me sustentaram nos momentos em que tudo parecia desmoronar, me amparam quando precisei e me fizeram acreditar que eu sou forte e capaz de realizar os meus sonhos.

À minha irmã Emanuele, que mesmo tão nova foi fonte de apoio e incentivo, de forma singela e genuína, me deram forças para continuar.

Aos meus avós, que sempre estiveram presentes de diferentes formas nesse percurso, à minha avó Noerza e ao meu avô Manuel, pelo apoio constante, e à minha avó Helenita, que ansiava pela conclusão desta etapa, esperando poder me ter novamente mais perto de si.

Aos meus amigos e amigas, que foram fundamentais neste processo, especialmente às companheiras de curso. À Kessy, que esteve comigo desde o início, com quem dividi risos e choros, com quem compartilhei momentos especiais. À Samanta, por sua amizade e apoio constante, com quem aprendi muito. E à Carol que se tornou uma grande amiga, agradeço pela atenção e incentivo, que guardo com imenso carinho dessa amizade doce e leve.

Às grandes amigas que a vida me deu em Mariana-MG, Elizete e Lara, que começaram como colegas de trabalho e se tornaram amigas pra vida. Obrigada por todo apoio, incentivo e acolhimento nos momentos difíceis.

Aos meus amigos da Aliança Bíblica Universitária, agradeço pelo momento incrível vividos, momentos leves e alegres e pela comunhão.

Aos meus colegas de trabalho durante o período de estágio, agradeço pelas trocas e aprendizados. À minha supervisora de campo, Julia Ferrari, minha profunda gratidão por ter sido mais do que uma supervisora, obrigada pelo apoio e por fazer parte essencial deste processo.

Aos meus padrinhos, Jackson e Balbina, amigos da família, agradeço por toda ajuda e generosidade ao longo da jornada. Às famílias que me acolheram com afeto e cuidado, à família da Denise e do Pr. Jorge e Márcia que cuidaram de mim com carinho e foram uma extensão da minha própria família nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, professora Dra. Raquel Mota Mascarenhas, com quem tive a oportunidade de desenvolver este trabalho, agradeço pela atenção, acolhimento e compreensão nos momentos de dificuldade. Sua orientação e incentivo foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos meus professores que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal, deixo meu reconhecimento e gratidão. Agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada e que contribuíram para a minha formação profissional e para o meu amadurecimento pessoal.

Por fim, mas um dos agradecimentos mais importantes, agradeço também a mim mesma por nunca ter desistido, mesmo que por diversas vezes essa ideia tenha passado pela minha mente. Agradeço pela coragem de realizar este sonho e, mesmo em meio a tantas dificuldades, ter buscado alternativas para continuar. Por ter me dedicado com todas as forças, mesmo conciliando trabalho e graduação, e por sempre procurar entregar o meu melhor. Obrigada, Pâmela, por ter mudado a sua percepção sobre si mesma e revelado que sim, você é capaz disso e de muito mais.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as perspectivas do Serviço Social no que se refere ao conceito de questão ambiental. Para tanto, foi realizada pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfico, com o intuito de dialogar com produções acadêmicas da área e documentos institucionais da categoria, especialmente aqueles elaborados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A análise buscou compreender o percurso histórico da produção sobre a temática ambiental no Serviço Social, desde as primeiras manifestações da década de 1990, marcadas pela influência do discurso do desenvolvimento sustentável, até as formulações mais recentes, que abordam a questão ambiental sob uma perspectiva histórica-crítica e em estreita relação com a questão social. Os resultados indicam que, embora a inserção da temática ainda seja relativamente recente e esteja em processo de consolidação, o debate vem se fortalecendo no interior da profissão, ampliando sua visibilidade nos espaços acadêmicos e institucionais. Conclui-se que a incorporação da questão ambiental ao Serviço Social contribui para o aprofundamento da compreensão das expressões da desigualdade e reafirma o compromisso ético-político da profissão frente aos desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Serviço Social; Questão Ambiental; Produção de Conhecimento.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar las perspectivas del Trabajo Social en lo que se refiere al concepto de cuestión ambiental. Para ello, se realizó una investigación de carácter cualitativo y bibliográfico, con el propósito de dialogar con producciones académicas del área y con documentos institucionales de la categoría, especialmente aquellos elaborados por el Consejo Federal de Servicio Social (CFESS) y la Asociación Brasileña de Enseñanza e Investigación en Servicio Social (ABEPSS). El análisis buscó comprender el recorrido histórico de la producción sobre la temática ambiental en el Trabajo Social, desde las primeras manifestaciones de la década de 1990, marcadas por la influencia del discurso del desarrollo sostenible, hasta las formulaciones más recientes, que abordan la cuestión ambiental desde una perspectiva histórico-crítica y en estrecha relación con la cuestión social. Los resultados indican que, aunque la incorporación de la temática aún es relativamente reciente y se encuentra en proceso de consolidación, el debate se ha fortalecido en el interior de la profesión, ampliando su visibilidad en los espacios académicos e institucionales. Se concluye que la inclusión de la cuestión ambiental en el Trabajo Social contribuye al fortalecimiento de la comprensión de las expresiones de la desigualdad y reafirma el compromiso ético-político de la profesión frente a los desafíos contemporáneos.

Palabras clave: Trabajo Social; Cuestión Ambiental; Producción de Conocimiento.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Anais do ENPESS 2024

25

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Terminologia Central Utilizada nos Artigos	56
Gráfico 2 - A Questão Ambiental como expressão da Questão Social	57
Gráfico 3 - Relação entre Questão Ambiental e o Capitalismo	58

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COP – Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

GTP – Grupo Temático de Pesquisa

GTP QAUASS – Grupo Temático de Pesquisa intitulado Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MPC – Modo de Produção Capitalista

ONU – Organização das Nações Unidas

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
 CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS DA QUESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	28
1.1 Compreendendo o contexto de início da produção sobre Questão Ambiental no Serviço Social Brasileiro.....	28
1.2 Constituição dos conceitos em disputa sobre Questão Ambiental.....	32
1.3 Consolidação da temática ambiental na categoria.....	36
 CAPÍTULO II - EXPRESSÕES CONCEITUAIS DA QUESTÃO AMBIENTAL NO DEBATE CONTEMPORÂNEO DO SERVIÇO SOCIAL.....	43
2.1 Descrição e análise do Artigo do ENPESS (2024).....	44
2.2 As expressões Conceituais da Questão ambiental nos anais do ENPESS 2024.....	48
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
 REFERÊNCIAS.....	60
 ANEXO.....	65

INTRODUÇÃO

O planejamento da pesquisa é essencial para organizar e direcionar a investigação. Por meio dele, é possível determinar o tema, o problema e o objeto de estudo, além de estabelecer os recursos necessários para a realização da pesquisa, sejam eles humanos, materiais e/ou financeiros. Para Deslandes (2009):

Um projeto de pesquisa constitui a síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: de abstração teórico-conceitual e de conexão com a realidade empírica, de exaustividade e síntese, de inclusões e recortes, e, sobretudo, de rigor e criatividade. Um projeto é fruto do trabalho vivo do pesquisador. [...] O projeto é construído artesanalmente por um artífice através do trabalho intelectual. É, portanto, um artefato. (Deslandes, 2009, p.31)

O processo de elaboração de um projeto de pesquisa demanda considerar três dimensões principais no processo de investigação: a dimensão técnica, a dimensão ideológica e a dimensão científica (Deslandes, 2009, pág.34).

Como aponta Demo (1991), a dimensão técnica “trata das regras reconhecidas como científicas para a construção de um projeto”, sendo responsável por determinar o objeto de estudo e os instrumentos de investigação. Em outras palavras, o projeto torna-se um instrumento de investigação partindo da dimensão técnica, pois é por meio dela que se estabelece a forma como ocorrerá a investigação, assim como os meios a serem utilizados no processo.

A dimensão ideológica, por sua vez, refere-se às escolhas feitas pelo pesquisador que guiarão na investigação do objeto. Ela se fundamenta em perspectivas teóricas, embora também expressam valores e posicionamentos do investigador. Deslandes (2009) corrobora com essa ideia ao afirmar que

quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo em última instância, ideológicas. Hoje, mesmo os cientistas naturais reconhecem que a neutralidade da investigação científica é um mito. (Deslandes, 2009, p.34)

Por fim, e ainda de acordo com a autora, essas duas dimensões se somam a uma terceira: a dimensão científica, que se configura como uma união das duas anteriores, resultando em uma investigação com método e coerência.

Suely Ferreira Deslandes (2009), em *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*, explicita que há perguntas que devem direcionar o pesquisador em relação ao que deseja investigar por meio do projeto de pesquisa. Na primeira

pergunta, *o que pesquisar?* Se define o problema e as hipóteses acerca do tema escolhido; já a segunda pergunta, *para que pesquisar?* aponta o que o/a pesquisador/a deseja através da investigação, ou seja, seus objetivos em relação a pesquisa. Uma das perguntas também importante é *porque pesquisar?* demonstrando a importância e relevância do tema, ou seja, justificando os motivos que levou a escolha da temática. *Por quanto tempo?* também é uma pergunta necessária, para delimitar o tempo de realização da investigação, bem como um prazo para a entrega dos resultados. Se ater a *quais recursos?*, por exemplo, se precisa de comprar material, pagar por um serviço, imprimir arquivos, é requerido à organização em relação ao orçamento que é necessário e disponível. E, por último, *quais as fontes ou referências bibliográficas?* expressa o material “base” da sua pesquisa, desta forma escolher as fontes, autores ou a teoria a ser analisada, contribui para que o pesquisador não perca o foco do que foi proposto. Sendo assim,

O projeto de pesquisa deve, fundamentalmente, responder às seguintes perguntas (BARROS; LEHFELD, 1986; GIL, 1991; RUDIO, 2000):

- O que pesquisar? (Definição do problema, hipóteses, base teórica e conceitual.)
- Para que pesquisar? (Propósitos do estudo, seus objetivos.)
- Por que pesquisar? (Justificativa da escolha do problema.)
- Como pesquisar? (Metodologia)
- Por quanto tempo pesquisar? (Cronograma de execução.)
- Com que recursos? (Orçamento)
- A partir de quais fontes? (Referências) (Deslandes, 2009, p. 38-39)

Essas perguntas foram realizadas no escopo do planejamento dessa pesquisa, também conhecido como fase exploratória da investigação científica, quando se estabeleceu os critérios para sua realização. Ou seja,

Formalmente, a fase exploratória termina quando o pesquisador definiu seu objeto de pesquisa, construiu o marco teórico conceitual a ser empregado, demarcou objetivos claros para o estudo, selecionou os instrumentos de coleta de dados, escolheu o espaço e o grupo de pesquisa, criou critérios para a inclusão dos sujeitos no estudo e estabeleceu estratégias para entrada no campo. Em outras palavras, a elaboração do projeto de investigação demarca a conclusão desta fase. (Deslandes, 2009, p.38)

O tema é, portanto, um eixo importante na construção de uma pesquisa, pois é através dele que se determina qual a base de interesse e qual a proposta de investigação. O tema pode ser entendido como uma prévia de um determinado assunto, que posteriormente será apresentado e explicado através da problematização e do objeto. Nesses termos, “O tema de uma pesquisa indica a área de interesse ou assunto a ser investigado. Trata-se de uma delimitação ainda

bastante ampla” (Deslandes, 2009, p. 39). Sendo assim, o tema desta pesquisa é *As perspectivas do Serviço Social acerca do conceito de questão ambiental*.

Entendendo a amplitude do tema, o problema de pesquisa é o ponto de partida para uma precisão da investigação, pois consiste em uma questão levantada sobre algo que se pretende compreender e responder sobre o tema definido. Portanto, “ao formularmos perguntas sobre o tema, estaremos construindo sua problematização. Um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico” (Deslandes, 2009, p. 39). De modo que o problema de pesquisa definido é *Quais são as perspectivas de conceituação sobre questão ambiental presentes na construção do conhecimento na área do Serviço Social?*

Diante a definição do tema e do problema, o objeto de pesquisa é a definição do assunto a ser abordado na investigação, ou seja, o objeto é o eixo central de uma pesquisa. Sobre o qual é necessário sempre fazer o movimento de retornar, observando o objeto para permanecer condizente ao projeto de pesquisa estabelecido. Ou seja, “A construção de um objeto de estudo científico constitui um verdadeiro exercício contra a ideia de que as coisas estão dadas na realidade e que basta apenas estar atento ao que acontece no cotidiano” (Deslandes, 2009, p. 39). O que se estabelece como objeto dessa pesquisa, portanto, busca delimitar uma investigação exequível, de modo que optou-se por defini-lo como *as manifestações conceituais da questão ambiental na área de conhecimento do Serviço Social brasileiro*.

Diante a explicitação do tema, problema e objeto de pesquisa, nos cabe apresentar a motivação pessoal, social e científica, para esse delineamento. A justificativa pessoal é onde está expresso o surgimento do interesse por estudar de forma mais aprofundada determinado assunto. O interesse por um tema pode surgir a partir de uma experiência de vida do/da pesquisador/a, das aproximações e reflexões feitas na academia ou a partir de demandas profissionais. De acordo com Deslandes (2009, p. 46) “As de ordem pessoal são os que demonstram a relevância da escolha do estudo em face da trajetória do pesquisador. [...] A justificativa de ordem pessoal é aquela que situa, de forma sintética, a escolha do problema de estudo na trajetória profissional e biográfica do pesquisador”.

O interesse pelo tema relativo à questão ambiental surgiu antes mesmo de iniciar a graduação em Serviço Social, a partir da experiência como voluntária em um projeto de ação social que atendeu o município de Brumadinho-MG, após o rompimento da barragem de minério de ferro Mina Córrego do Feijão da Vale S/A em 25 de janeiro de 2019¹, onde atuei no atendimento à população com entrega de donativos e apoio às famílias atingidas. O que despertou em mim a curiosidade e reflexão sobre o papel profissional de Assistentes Sociais neste contexto - o que compreendi, posteriormente, que se distingue do voluntariado, por seu caráter teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, conforme explicitado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, na Resolução CFESS n.273/93 que dispõe do Código de Ética Profissional e da Lei n.8.662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social e demais normativas.

Durante o curso de Serviço Social, a temática ambiental foi abordada diversas vezes, sendo importante para compreender a relação entre a profissão e o meio ambiente, durante algumas disciplinas como Classes e Movimentos Sociais, Questão Urbana e Questão Agrária, Capitalismo Pobreza e Gestão da Barbárie. Bem como as palestras que abordam os danos sociais provocados por questões como o Crime de rompimento da barragem de mineração de ferro, respectivamente, da Samarco/Vale/BHP Billinton em Mariana-MG, em 2015, e Vale em Brumadinho, em 2019; estas promovidas na UFOP, principalmente via o curso de Serviço Social, inserido no território atingido e atuante junto à população atingida, com ações de ensino, pesquisa e extensão.

Essa aproximação aprofundou a curiosidade sobre a temática da questão ambiental. Em 2024, novamente fui voluntária, dessa vez em uma ação social nas cidades de Porto Alegre-RS e Canoas-RS após terem sido atingidas por enchentes decorrentes das chuvas. Neste segundo momento, enquanto graduanda em Serviço Social foi possível realizar uma análise crítica da situação em si devido ao arcabouço construído durante a formação. A partir das reflexões realizadas sobre a atuação do Serviço Social em dada situação, surgiram alguns questionamentos e perguntas a respeito do papel da profissão do Serviço Social.

¹ A prefeitura de Brumadinho/MG (s.d) afirma que “o rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019 matou 272 pessoas e deixou outras 11 desaparecidas – dados de março de 2021. A tragédia é considerada um crime sem precedentes na história do Brasil contra os trabalhadores, os moradores de Brumadinho e o meio ambiente”.

Além disso, tais experiências me despertaram para pensar o papel da Política de Assistência Social. Em que na experiência no campo de estágio na Vigilância Socioassistencial, setor que compõe a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, este ano com a mudança de nome para Secretária Municipal de Assistência Social do município de Mariana/MG. Também contribuiu significativamente na escolha do tema de pesquisa. Em um primeiro momento, devido à contribuição na elaboração do Plano de Ação para Emergências decorrentes de chuva, que proporcionou uma compreensão prática do papel de Assistentes Sociais no atendimento à população atingida. Além disso, foi desenvolvida pela equipe da Vigilância Socioassistencial uma palestra intitulada "Desastre Socioambiental: Reflexões a partir de uma Perspectiva Crítica", que permitiu refletir mais sobre o tema e sua relevância e definir o assunto que seguiria no TCC. Essas reflexões culminaram na percepção de que a realidade social é determinada pela estrutura capitalista em que as expressões da Questão Social, objeto de atuação de assistentes sociais, são tangenciadas pela questão ambiental.

A justificativa social, por sua vez, explica qual a relevância de determinado assunto, compreendendo o momento em que o pesquisador expõe por que o tema da pesquisa é necessário e quais demandas sociais estão entrelaçadas ao assunto, ou seja, como a pesquisa busca contribuir para a compreensão de tais demandas a fim de subsidiar ações para sua intervenção. Segundo Deslandes (2009, p.46), "A justificativa de ordem prática diz respeito à construção de subsídios para modificar a realidade em foco, atendendo demandas sociais".

Eventos como o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana no ano de 2015, o rompimento da barragem da empresa Vale, mina córrego do Feijão, em Brumadinho, ano 2019, as enchentes e deslizamentos de terra em 2022 na cidade de Petrópolis e a enchente no Rio Grande do Sul em 2024, mostram que situações como as mencionadas são frequentes. Apesar de aparentarem diferenças, os dois primeiros considerados como eventos criminosos e os dois segundo como eventos naturais, estes devem ser compreendidos como decorrentes da relação que a sociedade estabeleceu entre si e com o ambiente nos marcos do modo de produção capitalista, ou seja, em que tanto a mudança climática, quanto os casos de rompimento de barragens de mineração são consequências típicas e inéditas do Mundo do Capital.

Por exemplo, ao observarmos a mudança climática, e seu impacto destrutivo na biosfera, devemos nos questionar: *O que será da sociedade se não houver uma natureza saudável? Tem grandes possibilidades de deixarmos de existir!* É isso o que os cientistas estão alertando há algum tempo, que o mundo está acabando, algo que os povos indígenas já alertavam há centenas de anos. No entanto, muitos ainda se perguntam: *E de que forma observamos os efeitos das mudanças climáticas?* É simples, na última década, houve uma sequência de fatos relacionados às mudanças climáticas, chuvas intensas, secas extremas e mudanças nas estações do ano. Estes efeitos são por muitas vezes considerados como desastres naturais, mas na verdade são ocasionados pelo modo de produção capitalista.

Nas últimas décadas, o debate a respeito da temática ambiental tem se destacado tanto nacionalmente como internacionalmente, tornando-se um tema relevante principalmente devido à crise climática e aos danos ocasionados pela degradação do meio ambiente, como desmatamento, extinção em massa e aquecimento global. Diante do cenário que muitos chamam de crise ambiental, iniciou-se um movimento de "reparação" ou de busca por soluções para os problemas de ordem ambiental, mas até o momento, sem sucesso.

Os mais atingidos por situações de desastres são a população indígena, negra, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pobres, periféricos e classe trabalhadora. As enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, afetaram de forma desigual essas comunidades mais vulneráveis, pois “atingiram uma proporção maior de pessoas pobres, negras e com menor escolaridade”, segundo a reportagem de Kruse e Prestes (2024) na Folha de São Paulo, revelando que a intensidade dos danos é impulsionada por desigualdade social. Ou seja, nesse caso específico, Kruse e Prestes (2024) evidenciam que nas enchentes do Rio Grande do Sul, 47% das famílias com renda de até dois salários mínimos perderam casa, móveis, eletrodomésticos ou sustento, enquanto entre as famílias com renda de cinco a dez salários mínimos esse percentual foi de apenas 13%; de modo que entre os negros das áreas atingidas, 52% sofreram perdas, contra 26% entre os brancos. Ainda na mesma reportagem, são apresentadas informações que classificam os principais atingidos:

A população mais pobre, negra e com menor escolaridade é aquela que mais sofreu perdas de patrimônio e de renda nas enchentes dos últimos dois meses no Rio Grande do Sul. É o que mostra uma pesquisa Datafolha

que ouviu gaúchos sobre os efeitos do que é considerado o maior desastre climático na história do estado.

Nas cidades atingidas pelas inundações, quase metade (47%) das famílias que ganham até dois salários mínimos respondeu ter perdido casa, móveis, eletrodomésticos ou o próprio sustento — na forma do emprego ou da própria empresa. Já entre aquelas que ganham de cinco a dez salários, só 13% relatam algum tipo de prejuízo.

Além disso, mais da metade (52%) dos pretos nos municípios afetados relata algum tipo de perda com as enchentes. Entre os pardos, 40% respondem que teve algum tipo de prejuízo. Entre a população branca dessas mesmas cidades, a proporção de entrevistados que relata alguma perda material ou de renda é de 26% (KRUSE; PRESTE; S 2024, s.p.).

Desse mesmo modo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), evidencia que mais de oitenta comunidades indígenas foram afetadas, dentre elas famílias do povo Guarani Mbya, Kaingang, Xokleng e Charrua, situadas em 49 municípios atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Assim explicitam que “nessas comunidades, as famílias precisaram deixar suas casas para se deslocar para áreas mais elevadas, dado o risco de alagamento e deslizamento de terra” (CIMI, 2024, s.p.). Ademais, pode-se evidenciar os desafios à manutenção da saúde física e mental de crianças e adolescente, principalmente aqueles que ficaram órfãos (BRITO, 2024); idosos, que tiveram a ruptura do cotidiano (VILELA, 2024); mulheres e meninas (PIMENTEL, 2024) e população LGBTQIAPN+ (CAETANO, 2024), inclusive sendo vítimas de violência sexual após serem abrigadas; pessoas com deficiência, com grande parte alocada em abrigos sem acessibilidade (TOLEDO, 2024).

Os dados apresentados evidenciam que a vulnerabilidade à degradação das condições de vida decorrente de eventos climáticos apresentam uma relação direta com a desigualdade social. Uma das formas que se pode elencar como condicionante à vulnerabilidade é o fato da população mais pobre não dispor de condições financeiras para adquirir um imóvel em local seguro, acabam construindo suas moradias em áreas de risco, como encostas ou regiões propensas a alagamentos. Além do sexismo, racismo, etarismo e capacitismo que são evidenciados e exacerbados durante as situações de enfrentamento aos eventos climáticos, que elencamos. O que explicita a pertinência social dessa temática, que precisa ser debatida amplamente, com o objetivo de buscar ações planejadas para atender verdadeiramente às necessidades das populações mais vulneráveis, composta principalmente por indígenas, negros, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pobres, periféricos e classe trabalhadora. Ou seja, o debate é

necessário a fim de contribuir para promoção de políticas públicas planejadas, desenvolvidas e efetivadas visando restabelecer condições de vida coerentes com os direitos da população atingida.

A justificativa científica, por fim, é quando se apresenta argumentos para demonstrar a importante contribuição de tal pesquisa para o aprofundamento do conhecimento de um determinado assunto. De forma que as contribuições de novas idéias possam potencializar ações mais qualificadas frente ao tema pesquisado, por exemplo, subsidiando planos de ação ou até mesmo políticas públicas (DESLANDES, 2009).

O tema proposto para essa pesquisa aborda um assunto que tem-se tornado relevante dentro do Serviço Social, visto que a questão ambiental vem sendo debatida há algum tempo, cujas primeiras publicações de assistentes sociais ocorreram na década de 1990², conforme expõe Mascarenhas (2021), no artigo *Questão Ambiental no Serviço Social, afinal do que se trata?*. A autora, considerando três décadas de produções acerca da questão ambiental, evidenciando que as produções sobre a temática são crescentes, mas ainda com pouco expressividade quando comparadas a outras áreas com maior produção de pesquisa e divulgação com publicações. Nunes (2018), no artigo *A questão socioambiental e os desafios ao serviço social*, também destaca a necessidade de aprofundamento sobre a temática e suas implicações quanto à prática profissional. Corroborando a pertinência do pensamento marxista para realizar uma análise crítica da realidade e problematizar os danos socioambientais do modo de produção capitalista.

Dessa forma, esta pesquisa busca contribuir para o avanço do debate crítico sobre a questão ambiental na área de conhecimento do Serviço Social brasileiro. Ao observar o contexto da crise de sustentabilidade global, principalmente na última década, faz-se necessário um aprofundamento sobre o que se tem de conhecimento a respeito da Questão Ambiental na área do Serviço Social. É importante debater

² A dissertação de Deborah Corrêa, *O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?*, mencionada por Mascarenhas (2021), identificou que as primeiras produções da categoria sobre a temática ambiental ocorreram em 1992 e 1998, sendo no 7º e 9º CBASS, respectivamente.

este assunto para entender qual o papel da profissão nesse âmbito e assim desenvolver e/ou adensar elaborações que atendam as demandas desta área.

Considerando que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para o curso de Serviço Social enfatizam a formação de profissionais críticos para atuarem nas várias formas da expressão da questão social, que são tangenciadas pela questão ambiental. Desse modo, um ponto importante sobre a formação profissional é a garantia da abordagem da questão ambiental nos currículos, bem como da temática ser incluída nos processos de formação continuada pelos profissionais. O que possibilita uma aproximação dos discentes sobre o assunto, além de despertar toda a categoria profissional para elaboração e intervenções cada vez mais qualificadas.

Neste sentido, foi criado em 2010 o Grupo Temático de Pesquisa intitulado *Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social* (GTP QAUASS) como um espaço de pesquisa e desenvolvimento de conhecimento e formação, composto por profissionais, pesquisadores e estudantes que contribuem no debate das temáticas, Sendo um dos 8 grupos temáticos vinculados à ABEPSS seu objetivo é promover a produção de conhecimento e fornecer elementos para reflexão sobre o papel do Serviço Social em relação às temáticas questão agrária, urbana e ambiental.

Diante disso, o GTP QAUASS contribui com formação e a capacitação continuada, elemento fundamental na formação profissional de Assistentes Sociais, de acordo com o Art. 2º do Código de Ética do/a assistente social que constitui o direito do/a assistente social “aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código” (Brasil, 1993), sendo assim, compreender a questão ambiental, portanto, constitui o compromisso profissional.

A profissão de Assistente Social é regulamentada pela Lei nº 8.662/1993, que estabelece as competências e atribuições dos profissionais da área. O Art.4º, da referida lei destaca algumas competências que são relevantes para a atuação do assistente social na esfera ambiental tanto de forma direta quanto indireta. Entre essas competências, podemos mencionar:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (BRASIL, 1993).

A atuação dos/das assistentes sociais na área ambiental se fortalece à medida que esses profissionais articulam suas competências dentro do contexto em que estão inseridos. Dessa forma, um/a assistente social que atua no campo ambiental pode contribuir significativamente para a promoção de políticas públicas e sociais, desenvolvendo pesquisas sobre questões ambientais e apoiando a mobilização de movimentos sociais relacionados a essa temática.

Ainda, os incisos I e X do Art.5º da lei estabelecem atribuições privativas do/a assistente social, quais sejam: “I-coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; [...] X-coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social” (BRASIL, 1993). Essas atribuições se conectam à área ambiental à medida que os profissionais utilizam suas habilidades e conhecimento para desenvolver iniciativas que abordem a temática ambiental, qualificando assim sua atuação profissional nesse campo.

Diante do exposto, essa pesquisa se demonstra relevante a área de Serviço Social pois é necessário que os/as assistentes sociais, independente da área em que está inserido, se prepare para lidar com as requisições impostas, para isso é extremamente importante a aproximação da temática e buscar por fundamentação teórica e alinhada ao projeto ético-político.

Visto as justificativas que demonstram a pertinência dessa pesquisa, cabe apresentar o objetivo geral que consiste na intencionalidade da pesquisa e qual o resultado se deseja alcançar. Além disso, ele é um guia para manter o foco no objeto de estudo, delimitando o que é relevante para a pesquisa. De acordo com Deslandes (2009, p.45) “O objetivo geral diz respeito ao conhecimento que o estudo proporcionará em relação ao objeto. Constitui o “resultado intelectual” a ser obtido no final da pesquisa (SANTOS, 2004)”. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é *analisar as perspectivas atuais de conceituação sobre questão ambiental na área de conhecimento do Serviço Social brasileiro.*

Os objetivos específicos, por sua vez, são metas que contribuem para alcançar o objetivo geral. Eles consistem nos pontos principais a serem estudados e que vão coordenar o processo de pesquisa. Para Deslandes (2009, p.45) “Os objetivos específicos são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral”. Ou seja, é como se o objetivo geral fosse subdividido em partes, a fim de melhor explorar sobre determinado assunto. Considerando o percurso de delimitação desse projeto de pesquisa, tem dois objetivos específicos: i) *compreender o percurso histórico de produção acerca do conceito de questão ambiental na área de conhecimento do Serviço Social* e ii) *identificar as expressões conceituais acerca da questão ambiental em publicações recentes de Assistentes Sociais*.

1.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A metodologia refere-se a forma como a pesquisa é realizada, ou seja, os métodos e as técnicas que serão utilizados. Este momento da pesquisa contribui no sentido de organizar a forma como a pesquisa será conduzida, contribuindo para uma análise mais precisa. Para Deslandes (2009):

A definição da metodologia requer dedicação e cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo. [...] A seção de metodologia contempla a descrição da fase exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, critérios e estratégias para escolha do grupo/sujeitos de pesquisa, a definição de métodos, técnicas e instrumentos para a construção de dados e os mecanismos para a entrada em campo), as etapas do trabalho de campo e os procedimentos para análise. (Deslandes, 2009, p. 46-49)

A classificação de pesquisa com base nos objetivos consiste em localizar em três grandes grupos: exploratórias descritivas e explicativas, cada uma possui critérios que contribuem no desenvolvimento da pesquisa em acordo com o que foi proposto nos objetivos. Conforme expõe Gil (2002, p.41) “É sabido que toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Assim, é possível classificar as pesquisas”.

Considerando o objetivo geral desta pesquisa em *analisar as perspectivas atuais de conceituação sobre questão ambiental na área de conhecimento do*

Serviço Social brasileiro, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois, conforme define Gil (2002, p.41), “na pesquisa exploratória há uma aproximação do problema, ao torná-lo mais aparente as hipóteses surgem contribuindo com a produção de conhecimento, podendo desenvolver as ideias já existentes ou descobrir novas ideias”.

A classificação de pesquisa com base nos procedimentos técnicos, segundo Gil (2002), é o delineamento da pesquisa que determina os parâmetros para realizar a pesquisa, categorizando os diferentes tipos de pesquisa e os métodos a serem utilizados para coleta de dados. Esta etapa envolve definir o procedimento a ser utilizado na pesquisa que pode ser em dois grupos de delineamentos, sendo:

Aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa ex-postfacto, o levantamento e o estudo de caso. (GIL, 2002, p. 43)

Sendo assim, a classificação da pesquisa propicia ao pesquisador organização e foco, pois definindo o procedimento a ser utilizado, consegue centrar sua atenção nas informações que são necessárias para alcançar os objetivos específicos estabelecidos. Desse modo, o procedimento técnico elencado é a *pesquisa bibliográfica*, para a qual é preciso seguir algumas etapas, ou seja,

A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser entendida como um processo que envolve as etapas: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto. (Gil, 2002, p. 59-60)

Para alcançar o primeiro objetivo específico de *compreender o percurso histórico de produção acerca da questão ambiental na área de conhecimento do Serviço Social*, será utilizado produções de assistentes sociais (artigo, dissertações e teses) que tenham como objetivo a revisão bibliográfica da área acerca da questão ambiental. Nesse sentido, utilizaremos o artigo de Mascarenhas (2021) e faremos uma busca por dissertações e teses na área de Serviço Social que tenham sido produzidas a partir de 2020, a fim de atualizar a abordagem realizada pela autora. Essa etapa permitirá visualizar o debate da questão ambiental em sua totalidade, permitindo uma aproximação ao tema como um todo. Por fim será elaborada uma análise interpretativa dos achados destacando o debate da categoria e como a

mesma tem se organizado em relação a capacitação em torno da temática ambiental.

Para alcançar o segundo objetivo específico de identificar as expressões conceituais acerca da questão ambiental em publicações recentes de Assistentes Sociais, realizou-se um levantamento nos anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), com o tema central *Relações de Classe e raça-etnia: Desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social*, realizado em Fortaleza-CE de 10 a 14 de dezembro de 2024³. O processo de busca se deu considerando os trabalhos aprovados na modalidade “apresentação oral”, que totalizam 1.168 artigos, cuja busca de palavras-chaves escolhidas decorreu no total de 17 artigos: ambiental (12 artigos), socioambiental (6 artigos, idem questão ambiental), clima (5 artigo), meio ambiente (0 artigo), biodiversidade (0 artigo), crise ambiental (0 artigo), desastre (1 artigo), rio grande do sul (1 artigo).

Como critério preliminar de seleção, foram priorizados os textos que abordam a temática ambiental de forma central. Sendo assim, foram analisadas ao todo cinco publicações, que condizem com os critérios estabelecidos para a seleção. Segue abaixo a tabela com os artigos selecionados que abordam diretamente a temática da questão ambiental.

Tabela 1 - Anais do ENPESS 2024

1	Título	DA RELAÇÃO ENTRE SOCIAL E AMBIENTAL: ELEMENTOS QUE FORTALECEM O DEBATE SOCIOAMBIENTAL PARA O SERVIÇO SOCIAL
	Modalidade	Apresentação Oral
	Eixo temático	Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
	Sub-eixo	Questão Ambiental
	Autores	ARIEL CRISTINA DE ARAUJO NASCIMENTO (UECE)
2	Título	QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SEUS SIGNIFICADOS NO SERVIÇO SOCIAL
	Modalidade	Apresentação Oral

³ Os Anais completos do XVII ENPESS 2024 podem ser acessados em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/edicoes/2024/apresentacao-oral>

	Eixo temático	Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
	Sub-eixo	Questão Ambiental
	Autores	TATIANE PEREIRA DA SILVA (UEMG)
3	Título	SERVIÇO SOCIAL E OS IMPACTOS DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO TRABALHO PROFISSIONAL
	Modalidade	Apresentação Oral
	Eixo temático	Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
	Sub-eixo	Questão Ambiental
	Autores	TATIANE PEREIRA DA SILVA (UNESP)
4	Título	A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM BELÉM/PA E A MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: RELATO DE UMA APROXIMAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL
	Modalidade	Apresentação Oral
	Eixo temático	Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
	Sub-eixo	Questão Ambiental
	Autores	TAYNÁ PORTILHO DE AQUINO (UFPA) NÁDIA SOCORRO FIALHO NASCIMENTO (UFPA)
5	Título	“O MACHADO ESQUECE, A ÁRVORE RECORDA”: REFLEXÕES SOBRE RACISMO AMBIENTAL E AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL
	Modalidade	Apresentação Oral
	Eixo temático	Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
	Sub-eixo	Questão Ambiental
	Autores	ALINE VARGAS ESCOBAR (URGS) ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY (URGS)

Na etapa seguinte, estes oito artigos selecionados serão submetido a um processo de leitura analítica, por meio da técnica de fichamento, promovendo anotações sobre a i) principal referência de questão ambiental (autor/a e obra) citada no artigo e o ii) conceito de questão ambiental da principal obra citada no artigo, bem como algumas anotações relevantes.

Coleta de Dados		
Referência (autor e obra)	Conceito de questão ambiental (explicitado no artigo)	Anotações/ Relevância

Após essa etapa, as informações coletadas serão organizadas por categorias temáticas, e, por fim, será realizada a redação do texto, estruturada a partir da reflexão crítica sobre as publicações analisadas, destacando os principais conceitos e contribuições identificadas.

Em uma pesquisa, também, é importante fazer um levantamento do que será necessário para realizar a pesquisa, por exemplo, a compra de algum material como, livros, computador ou se terá outros gastos pertinentes, fazendo o levantamento do orçamento. De acordo com Deslandes (2009, p. 50), “este item estará completo nos projetos que pleiteiam financiamento para sua realização. Naqueles em que não há suporte financeiro direto ou de bolsas, o pesquisador deve apenas mencionar que o projeto será realizado sem financiamento”. Sendo que, nesta pesquisa não será necessário o financiamento para realização do projeto, sendo que todo o material a ser utilizado é material de acesso gratuito nas plataformas digitais e de bibliotecas, um computador e os recursos humanos da pesquisadora e orientadora.

O cronograma é uma ferramenta que auxilia o pesquisador a se organizar quanto às tarefas a serem desenvolvidas e a delimitar um tempo de finalização das tarefas, bem como, do próprio projeto. Deslandes (2009, p. 49) esclarece que: “O projeto deve traçar o tempo necessário para a realização de cada uma das etapas propostas, muitas tarefas podem inclusive, ser realizadas simultaneamente.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS DA QUESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Neste capítulo buscamos compreender o percurso histórico de produção acerca do conceito de Questão Ambiental na área de conhecimento do Serviço Social. Em um primeiro momento abordamos as primeiras produções no Serviço Social sobre a temática, traçando como a temática foi inserida nos debates pela categoria no Brasil. Em um segundo momento, são apontados os conceitos em disputa na área em relação à temática ambiental e como os autores abordados relacionam a questão ambiental à questão social. Ao final do capítulo apresentamos como a categoria foi consolidando a temática através dos espaços de debates da área como CFESS e ABEPSS.

1.1 Compreendendo o contexto de início da produção sobre Questão Ambiental no Serviço Social Brasileiro

A busca por compreender a questão ambiental como objeto de estudo e intervenção no Serviço Social brasileiro é um processo datado, intrinsecamente ligado a um contexto global e nacional de efervescência do debate ecológico no final do século XX.

A questão ambiental desde a década de 70 têm sido objeto de estudo em todo mundo. A Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo, foi um marco histórico neste contexto, pois se trata da primeira vez que líderes mundiais se reuniram para debater a gravidade dos problemas ambientais globais, onde foram colocadas pautas atencionais sobre o crescimento industrial e o aumento da poluição; reconhecendo que florestas estavam sendo devastadas e várias espécies estavam entrando em extinção; e refletindo sobre o modelo de desenvolvimento econômico e sua relação com o esgotamento ambiental e danos sociais - como a população com doenças respiratórias e crises hídricas - trazendo à tona a ideia de *desenvolvimento sustentável* (OLIVEIRA, 2022).

Além da Conferência de Estocolmo, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra, Rio-92 ou Eco-92, representou um marco histórico na consolidação de princípios voltados ao desenvolvimento sustentável. Realizada em 1992, foi o maior evento internacional, desde 1972, a tratar das questões ambientais de forma integrada à agenda global de progresso. Em seu documento final, a *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, ratifica o Relatório Brundtland no entendimento do desenvolvimento sustentável, em que “o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de tal forma que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras” (ONU, 1992, apud MASCARENHAS, 2024, p.183). A Conferência do Rio-92 foi inovadora ao estabelecer a Agenda 21, um pacto entre os países integrantes da ONU que objetivou promover a proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, sendo central para introduzir o desenvolvimento sustentável nos debates e nas políticas públicas (CORDANI, 1997).

Isto é, essa conferência impulsionou um novo olhar sobre o meio ambiente, com a ampla divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável, que influenciou tanto políticas públicas quanto debates acadêmicos e profissionais. Segundo Corrêa(2010):

[...] a ECO/92 causou forte impacto na produção intelectual e, conseqüentemente, no mercado editorial, despertando o interesse de especialistas de diversos campos das ciências naturais e sociais em direção à temática ambiental, “atraídos tanto pela maior facilidade de financiamento para pesquisas como pela ampla visibilidade do tema na opinião pública e nos meios de comunicação” (ALONSO; COSTA, 2000, apud CORRÊA, 2010, p.85).

A temática ambiental foi gradualmente integrando a área de conhecimento de Serviço Social brasileiro “[...] visto ser na década de 1990 quando ocorre o início da produção teórica” (MASCARENHAS, 2021,p. 381), em consonância, “[...] os artigos que trazem questões sobre o meio ambiente só passaram a ser publicados a partir de 1990” (SANTOS, 2007, p. 47), período em que se observa a emergência dos primeiros debates teóricos e produções acadêmicas sobre o tema. Por mais que a preocupação com a degradação ambiental já estivesse presente e fosse uma pauta em alerta na sociedade, foi a partir desse momento que a área do Serviço Social

começou a se colocar de forma ativa na publicação de produções acadêmicas sobre a questão ambiental como um objeto de reflexão e intervenção profissional.

Na concepção de Vieira e Ribeiro (2022 *apud* BOURCKHARDT, 2010, p. 52), a realização da “Rio-92” iniciou a quarta fase da política ambiental brasileira⁴ e representou um processo de sensibilização da opinião pública em relação aos “problemas ambientais globais” levando à promulgação de várias leis ambientais e da Agenda 21 Brasileira. Nesse contexto, Corrêa (2010, p.30), destaca que o Brasil teve participação e influência na elaboração do Protocolo de Kioto, promulgado em 1998, que objetivava deter o aquecimento global por meio da redução das emissões de gás carbônico na atmosfera, o que implicaria na diminuição dos níveis de crescimento, principalmente dos países desenvolvidos

Essa conjuntura política global tem impactos no campo do Serviço Social, tendo visto que a Eco-92 marcou a inserção da temática ambiental nos fóruns da categoria, como o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), também em 1992, onde o tema aparece pela primeira vez entre os trabalhos apresentados, ou seja,

Como limite cronológico, a pesquisa foi iniciada a partir do 7º CBAS, devido ao ano de 1992 ser representativo para a introdução da questão ambiental no cenário nacional, ano em que ocorreu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (ECO/92). (CORRÊA, 2010, p.14)

Ainda de acordo com a autora:

“[...] o discurso do desenvolvimento sustentável mostrou-se presente na apreensão da problemática ambiental pelos assistentes sociais que são chamados a atuar frente a projetos de ‘responsabilidade social’, ou para contribuir nos processos de avaliação de impactos socioambientais” (p. 77)

A pesquisa desenvolvida pela autora revela que a maior parte das elaborações nos CBAS remetem à “questão do desenvolvimento sustentável, porém de forma acrítica [...]” (Corrêa (2010, p. 78). A autora considera que desta forma os profissionais também assumem uma “postura acrítica quanto aos reais fatores

⁴ Segundo Bourckhardt (2010), a primeira fase ocorreu no período do governo de JK que destaca-se pelo Plano de Metas, é neste contexto que se cria a Secretária Especial do Meio Ambiente em 1972, por influência da Conferência de Estocolmo. O segundo momento corresponde ao agravamento dos problemas ambientais urbanos, como alternativa é incluído no II Plano Nacional de Desenvolvimento como prioridade o controle da poluição industrial. E a terceira fase se destaca pela promulgação em 1981 da Lei da Política Ambiental, Lei nº 6.938/1981 e institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional do Meio Ambiente. (BOURCKHARDT, 2010).

desencadeantes da questão ambiental” (Corrêa (2010, p. 80). Ou seja, ela critica essa postura ao afirmar que, ao adotar o conceito de desenvolvimento sustentável como diretriz, muitos assistentes sociais atuaram de forma acrítica.

Em contrapartida, algumas produções teóricas se destacam por adotar uma perspectiva crítica. Uma das principais contribuições de acordo com Bourckhardt (2010) é o artigo de A. Cornely, um dos poucos autores na década de 90 que desenvolveu uma linha de interpretação crítica. O artigo, publicado pela revista *Serviço Social e Sociedade* em 1992 e denominado *Introdução à Ecologia Social*, se destaca ao trazer no escopo da produção reflexões a respeito da racionalidade produtiva dominante. Ou seja, o autor ressalta a necessidade de um rompimento com a racionalidade produtivista, pois na visão do autor a abordagem da temática ambiental deveria ser construída por uma perspectiva crítica, como evidenciado abaixo:

[...] chama a atenção para a necessária mudança nas relações internacionais pautadas na exigência do esgotamento da natureza (e das pessoas) para manter um consumo exageradamente alto de alguns países. A “violentação da natureza” é considerada uma das matrizes que “piora brutalmente a nossa qualidade de vida” e, aliada ao uso de tecnologia inadequada, aumenta a pobreza e consolida a dependência do exterior. (CORNELY, 1992, p. 21, *apud* BOURCKHARDT, 2010, p.73).

Dessa forma, observa-se que as primeiras produções no Serviço Social sobre a questão ambiental emergem em meio a um contexto de crescente preocupação global com os danos da degradação ambiental, influenciado por eventos internacionais e pelo avanço das políticas ambientais no Brasil. Ao mesmo tempo, essas produções evidenciam diferentes formas de apreensão do tema pela categoria profissional, seja pelas abordagens acríticas ou pelas abordagens críticas que relacionam a questão ambiental às contradições estruturais do modo de produção capitalista. Esses distintos olhares refletem a pluralidade teórica existente no interior do Serviço Social e sinalizam o início de um campo de disputas conceituais.

Superada a fase inicial de inserção da temática ambiental nos anos 90, marcada por uma apropriação muitas vezes acrítica do conceito de desenvolvimento sustentável, como apontado por Corrêa (2010), a década de 2000 representa um ponto de inflexão. Neste período, o Serviço Social começa a produzir análises mais densas e estruturais, buscando superar a superfície do debate e aprofundar suas raízes teóricas e políticas.

Nesse panorama de desenvolvimento das produções, a contribuição de Maria das Graças e Silva (2008) se torna um marco. Sua pesquisa é reconhecida como uma das principais referências por inaugurar uma análise densa e crítica da temática. Foi ela quem cunhou e aprofundou o termo questão ambiental para a área, articulando-o diretamente às contradições do capital. A crítica da autora ao conceito de desenvolvimento sustentável, que será detalhada no próximo tópico, forneceu os elementos centrais para o avanço do debate pela categoria, desafiando a perspectiva acrítica predominante até então.

Ao lado de sua obra, destaca-se também a produção de Vandeneia Bourckhardt (2010), que, ao final da década, consolidou os fundamentos da análise marxista para a temática, oferecendo um arcabouço teórico-crítico robusto para o Serviço Social.

Portanto, as produções dos anos 2000, com destaque para os trabalhos de Silva (2008) e Bourckhardt (2010), foram fundamentais para elevar o patamar do debate. Elas promoveram o deslocamento de uma 'preocupação ambiental' genérica para uma análise rigorosa da questão ambiental como expressão das contradições da ordem burguesa. Essa mudança de perspectiva deu origem a uma rica disputa conceitual no interior da profissão, que será analisada em detalhes a seguir.

1.2 Constituição dos conceitos em disputa sobre Questão Ambiental.

Conforme sinalizado, o amadurecimento do debate ambiental no Serviço Social deu origem a várias formulações tornando-o um campo de disputas conceituais. Este tópico se dedica a analisar a constituição desses conceitos, que, como aponta Silva (2010, p.43) refletem que a “[...] formulação do conhecimento é uma arena de disputa em torno da direção ideo-política [...]”. A disputa se organiza fundamentalmente em torno de duas vertentes: de um lado, abordagem funcional de viés neoliberalista, que adota o discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável, e de outro, uma perspectiva histórico-crítica, de base marxista, que compreende a questão ambiental como expressão das contradições do capitalismo contemporâneo. Ou seja, inicialmente, observa-se a presença de uma abordagem predominantemente conservadora e influenciada pelo discurso hegemônico que se

insere na profissão, mas ao avançar o debate há uma busca pela desconstrução desses discursos.

Segundo a pesquisa de Corrêa (2010, p. 78), a autora identifica, na maioria das produções do CBAS, a presença ou mesmo “fazem referência à questão do desenvolvimento sustentável, porém de forma acrítica”, por isso a autora argumenta que não há uma análise crítica quanto à sustentabilidade e ressalta que,

No emaranhado de disputas pela apropriação, uso e significação, o debate sobre sustentabilidade padece ao lado do discurso do desenvolvimento, demonstrando sua inconsistência face aos problemas ambientais e sociais, que, longe de vislumbrarem uma solução ou resposta, tornaram-se paradoxos da sociedade contemporânea. (CORRÊA, 2010, p.37)

Em oposição ao discurso conservador, sob uma perspectiva crítica que Maria das Graças e Silva (2008, p.139), problematiza o conceito de desenvolvimento sustentável⁵ entendendo que o debate ambiental foi imposto pelas organizações internacionais, “como expressão mais abrangente da tentativa de incorporação da problemática ambiental na agenda econômica e social”. Em sua análise, o desenvolvimento sustentável não representa uma solução para a crise ambiental, mas sim uma estratégia de manutenção da lógica capitalista, que busca gerenciar os efeitos da degradação sem, contudo, superar suas causas estruturais. A autora identifica que “o Desenvolvimento Sustentável configura uma alternativa à ‘questão ambiental’, face à necessidade de manutenção do capitalismo, mas não a supera” (SILVA, 2008, p. 30). Por isso, ela adverte para os equívocos da concepção de desenvolvimento sustentável no que tange a preocupação ecológica desassociada da questão social:

No plano teórico, esta concepção confere centralidade à dimensão ecológica da “questão ambiental”. Neste sentido, a defesa da natureza comparece divorciada do enfrentamento da questão social ou como hierarquicamente superior a esta, negando-se, moto contínuo, a estreita vinculação entre ambas. Nestes termos, as dimensões social, econômica, ideológica, cultural e política aparecem descoladas, despojadas de sentido crítico, posto que não são apreendidas como partes constitutivas de uma totalidade complexa (SILVA, 2008, p. 118-119).

Buscando superar essa visão, a autora direciona sua análise sobre a relação entre capitalismo e natureza, e aponta a origem do problema ambiental na própria estrutura da sociedade de classes, afirmando que a “[...] gênese da questão

⁵ Foi só em 1987 que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD173, presidida por Gro Harlem Brundtland, emite relatório sob o título “Nosso Futuro Comum”, o qual notabilizou o termo Desenvolvimento Sustentável. (Silva, 2008, p.143).

ambiental encontra-se plasmada na apropriação privada dos elementos naturais e a sua convenção em fatores de produção mediada pelo uso da ciência e da tecnologia [...]” (SILVA, 2008, p.195). Para a autora, portanto, a degradação ambiental não é um efeito, mas um produto da ordem burguesa.

É, nesses termos, que se pode afirmar que a perspectiva histórico-crítica avançou na formulação de um conceito próprio de questão ambiental no campo do Serviço Social, em que Silva (2008) inova ao apresentar que a questão ambiental é posicionada como uma das manifestações das contradições do capital, tal qual a questão social. Ou seja,

[...] a “questão ambiental” se inscreve no interior das contradições do capitalismo contemporâneo. [...] O grau de destrutividade das forças produtivas da natureza escapa ao controle do capital e impõe-se como uma questão, com implicações em toda a vida planetária. (SILVA, 2008, p. 193)

A relação entre as duas “questões”, portanto, trata-se de um ponto central no debate teórico no bojo da categoria de Assistentes Sociais. Conforme sintetiza Mascarenhas (2021), é factual que em sua obra Silva (2010) “[...] concebe a questão ambiental distintamente à ‘questão social’, mas aponta, em suma, para a [...] estreita vinculação entre ambas [...]” (SILVA, 2010, p. 144, apud MASCARENHAS, 2021, p. 394).

Vale ressaltar que essa discussão sobre a natureza do vínculo entre questão ambiental e questão social se desdobra em outras produções com algumas divergências. Silvana Crisostomo da Silva (2015), por exemplo, alinhada à sua orientadora Maria da Graças e Silva, aprofunda essa perspectiva crítica. Por sua vez, Pereira (2018, p.83) concorda com a concepção de Silva (2008), porém, utiliza o termo socioambiental para expressar seu entendimento de que existe uma relação entre questão social e questão ambiental.

Diferencialmente, Silveira (2015, p. 30) afirma que a “questão ambiental não pode ser compreendida enquanto uma dimensão separada da questão social”, nesse sentido ele entende que a questão ambiental é indissociável da questão social, no entanto, sua concepção é de que a questão ambiental se configura como uma expressão da questão social. Semelhante à essa perspectiva, Corrêa (2010) entende que:

No momento em que o debate ambiental se introduz nas arenas de discussão da sociedade, representando um campo de interesses conflituosos e divergentes, quando representa o antagonismo de interesses contraditórios de parcelas da sociedade que lutam pela decisão sobre a apropriação e uso dos bens e recursos naturais, a questão ambiental pode ser reconhecida como uma manifestação da questão social. (Corrêa, 2010, p.33).

Mais recentemente, o debate foi acrescido por uma nova formulação conceitual de questão ambiental a partir da tese de Raquel Mota Mascarenhas (2024), intitulada *O Canto do Antropoceno: a questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente*. Sua análise da questão ambiental é tangenciada pela questão indígena, em que concorda com a formulação de que a questão ambiental não se trata de uma expressão da questão social, embora tenha profunda relação com a mesma. No entanto, diverge das formulações anteriores no que tange a gênese da questão ambiental.

Para Mascarenhas (2024), a questão ambiental dispõe de um duplo caráter de *emergência* em relação ao capitalismo, tanto por ter sua gênese tangenciada pela constituição do capital (desde a transição europeia da ordem feudal a ordem burguesa), quanto pelo seu caráter de urgência tangenciado pelo capital constituído (desde o século XX). Apresentando uma novidade em relação aos fundamentos teórico-metodológicos da questão ambiental, a autora argumenta que a questão ambiental não se trata de uma consequência da crise do capital a partir da década de 1970, e, sim de uma dimensão destrutiva que é constitutiva do próprio mundo capitalista desde o século XV. Sendo que sua dimensão de *crise de sustentabilidade global* - que caracteriza a era do Antropoceno em substituição ao Holoceno no início do século XIX, conforme evidencia a Ciência do Sistema Terra - não demarca seu nascimento. Visto que este deve ser entendido, conforme a autora, como situado na própria constituição da civilização moderna patriarcal androcentrica racista produtora de mercadorias, que data do espaço-tempo da Europa Moderna, como centro, e se espalha a América, como periferia da ordem mundial capitalista. Fazendo com que a degradação dos seres e seus modos de viver seja um pilar das relações sociais capitalistas manifestadas desde a transição da ordem feudal à ordem burguesa, bem como seu espraiamento para destruição dos mundos indígenas.

Fica evidente, portanto, que a constituição do conceito de questão ambiental no Serviço Social se trata de um processo de intensa disputa teórica e política, como todo campo de produção científica. A trajetória revela o adensamento do debate diante a abordagem inicial, caracterizada por ser atrelada ao discurso do desenvolvimento sustentável, rumo a consolidação de uma perspectiva histórico-crítica. Esta, por sua vez, embora coesa em sua matriz marxista, demonstrou ser um campo vivo de debate, com diferentes ênfases sobre a natureza da relação entre a questão social e a ambiental -, seja como esferas distintas e vinculadas ou como refrações uma da outra -, bem como mais recentemente o debate sobre a gênese e caracterização da questão ambiental - seja constitutiva da fundação do capitalismo ou expressão de sua crise estrutural.

O fato é que, decorrido cerca de três décadas desde o início da produção acadêmica acerca da questão ambiental na área do Serviço Social, pode-se apontar para a hegemonia da perspectiva crítica no debate da temática. Frente a isso, buscaremos ainda observar se esse adensamento ficou restrito às publicações ou conseguiu, ao longo do tempo, influenciar o posicionamento ético-político da categoria através de suas entidades nacionais constitutivas (CFESS e ABEPSS, como será analisado a seguir.

1.3 Consolidação da temática ambiental na categoria

A ampliação e amadurecimento do debate sobre a questão ambiental pelo Serviço Social, como visto nos tópicos anteriores, foram decisivos para consolidar o tema no âmbito da produção acadêmica, presente desde a década de 1990. Esse percurso, marcado pelo enfrentamento às perspectivas conservadoras e pelo avanço de uma produção crítica, principalmente a partir dos anos 2000, culminou na inserção gradual da temática nas instâncias organizativas da categoria.

Diante a isso, cabe-nos observar se o avanço das discussões sobre a questão ambiental culminou no posicionamento crítico do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)⁶ e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

⁶ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em conjunto com o Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social.

Serviço Social (ABEPSS). Ou seja, como essas entidades incorporaram a questão ambiental como pauta ético-política estratégica, produzindo manifestações que explicitam a direção a que se pretende efetivar no bojo da categoria de Assistentes Sociais no Brasil.

Embora o Código de Ética Profissional de 1993 não mencione explicitamente a temática ambiental, seus princípios fundamentais, como a defesa dos direitos humanos e o compromisso com a qualidade de vida, fornecem a base ética para a inclusão da questão ambiental como parte das temáticas para bandeiras de luta da profissão. Nas décadas de 1990 e 2000, a articulação institucional em torno da pauta ainda era incipiente; contudo, o tema foi ganhando espaço nos debates internos, até ser formalmente reconhecido como uma das agendas estratégicas da categoria quase trinta anos depois.

No âmbito do CFESS, a publicação *CFESS Manifesta* tem se consolidado como importante canal para expressar o posicionamento da entidade. Como afirmam Sgorlon e Torres (2021, p.265), no artigo *CFESS Manifesta: o posicionamento político dos(as) assistentes sociais*, “CFESS Manifesta se apresenta como a ‘voz’ da categoria na medida em que acompanha os movimentos e fatos constitutivos da sociabilidade burguesa”. De modo que, desde 2012, há algumas edições que abordam a questão ambiental, como:

Dia Mundial do Meio Ambiente (2012)

O trabalho de Assistentes Sociais em situação de calamidade (2022)

Cinco anos do desastre criminoso em Brumadinho (MG) (2024)

Dia Mundial do Meio Ambiente - A questão ambiental, assistentes sociais e os desafios humanitários (2024)

Dia 15 de Maio - A gente defende a Justiça Ambiental para enfrentar a desigualdade social (2025)⁷

Nessas publicações, o conselho expressa seu posicionamento acerca de temas como desenvolvimento sustentável, economia verde, crise climática, desastres ambientais, defesa ambiental e racismo ambiental. Tendo em vista que o CFESS Manifesta consiste em “um instrumento para “estabelecer uma cultura política que suscite nos leitores a mobilização e a articulação frente à realidade social” (SGORLON; TORRES, 2021, p.265). O que nos permite afirmar que o

⁷ Os documentos publicado do *CFESS Manifesta* podem ser acessados no site do CFESS em https://www.cfess.org.br/publicacao?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=2.

CFESS tem reafirmado, por meio de posicionamentos públicos, que a questão ambiental é parte integrante da luta por direitos humanos e sociais.

No *CFESS Manifesta* do Dia Mundial do Meio Ambiente (2012), a entidade reafirma a necessidade histórica de articular a luta ambiental à defesa dos direitos sociais, propondo o “fortalecimento da articulação com os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente” (CFESS, 2012, apud MASCARENHAS, 2021, p. 382). Essa postura evidencia a compreensão de que a questão ambiental não pode ser tratada de forma isolada, mas sim articulada a defesa de direitos ambientais no combate às desigualdades.

O CFESS publicou em 2013, uma nota técnica intitulada *O futuro que não queremos: Análise Crítica do Desenvolvimento Sustentável e da Economia Verde no Âmbito da Rio+20*, com o objetivo de analisar o desenvolvimento sustentável e a Economia Verde no âmbito dos encontros Rio+20 e Cúpula dos Povos de 2012. A nota é de autoria da assistente social Adriana Lima, e visou contribuir com o debate crítico sobre as concepções de desenvolvimento sustentável, de acordo com a deliberação 24 do Eixo Seguridade Social do 41º Encontro Nacional CFESS-CRESS.

Neste documento é expresso que a “Cúpula dos Povos se constitui como uma força de resistência que pode construir uma agenda convergente entre todos os movimentos e organizações sociais nacionais e internacionais numa luta coletiva” (CFESS, 2013, p.17). Ao final da nota técnica, afirmam que mesmo a Rio+20 apresentando retrocessos, a Cúpula dos Povos representa uma “possibilidade de articulação mundial entre os povos e os movimentos e organizações contra a ofensiva capitalista” (CFESS, 2013, p.19). Ou seja, para o Conjunto CFESS/CRESS a articulação com os movimentos sociais constitui um instrumento que fortalece a luta ambiental, mas também contribui com o debate no Serviço Social.

Os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), principal fórum político profissional, foram essenciais para entender como a temática se constituiu na área. Segundo Corrêa (2010), a questão ambiental já aparecia nos congressos desde a década de 1990, e a pesquisa de Pereira (2018) confirma que, ao longo dos anos, houve uma consolidação de perspectivas críticas nesses espaços. Da mesma

forma, os encontros do Conjunto CFESS/CRESS é um lócus importante de observação, a exemplo do 44º Encontro Nacional, em que foi aprovada a *Cartilha Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS* (2019), onde está expresso:

Posicionamento contrário às legislações que permitem a degradação ambiental e que afetam diretamente as condições de vida nos diferentes territórios; [...] Defender o direito à cidade, com posicionamento contrário às grandes obras e aos megaeventos que provocam impactos socioambientais (CFESS, 2019, p. 6).

O 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, realizado em 2024 na cidade de Belo Horizonte, o tema central foi “O amanhã não está à venda: Resistências na luta anti-capitalistas diante da crise ambiental”. Constituindo-se a partir de discussões sobre a crise ambiental e a relação com o trabalho profissional, neste encontro definiu o tema abordado para o dia do/a Assistente Social que também decorreu em publicação do *CFESS Manifesta*. A publicação do *CFESS Manifesta* (2025) intitulado *Dia do Assistente Social - Serviço Social na luta por Justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas*. Traz em seu conteúdo a relação entre a questão social e a questão ambiental, afirmando que a ruptura da relação entre o ser social e a natureza se impõe nos marcos da sociedade capitalista. Entre as pautas abordadas tem-se crise climática, mineração, injustiça ambiental, racismo ambiental e desigualdades sociais. E declara que ações individuais são insuficientes para uma mudança significativa do sistema social capitalista, bem como impulsiona as/os assistentes sociais a identificar e reconhecer nos diversos espaços de trabalho a relação entre a questão ambiental e a questão social, objetivando a justiça ambiental.

O conceito de racismo ambiental tem ganhado destaque nas análises recentes da categoria, evidenciando que, historicamente, as populações negra e indígena são as mais impactadas pela questão ambiental. Como destaca o *CFESS Manifesta* (2024, p. 4), “a classe-que-vive-do-trabalho, cujas dimensões constitutivas são de raça, etnia e gênero/sexualidade, sofre de forma diferenciada os rebatimentos da questão ambiental”. Casos emblemáticos no Brasil ilustram essa realidade, como o crime de rompimento da barragem de rejeitos da mineração de ferro da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana-MG (2015) e da Vale em Brumadinho-MG (2019), as enchentes e deslizamentos em Petrópolis (2022) e a enchente no Rio Grande do Sul (2024). Embora tenham origens distintas, todos

expressam a relação sociedade-natureza nos marcos do modo de produção capitalista, revelando desigualdades estruturais.

Segundo o CFESS Manifesta (2025):

Os riscos e os danos causados pela degradação desenfreada da natureza têm escala mundial, mas é certo que não afeta toda a população de maneira igualitária, ou seja, os megaprojetos do capital e as alterações são globais, mas não são vividas da mesma forma pela população. As perdas são de diferentes proporções e dimensões, sobretudo para os povos e comunidades tradicionais e demais grupos racializados subalternamente da classe trabalhadora, que muitas vezes encontram, em áreas destinadas às atividades geradoras de graves impactos ambientais, os espaços de construção de suas moradias e de lazer. Problema que, há mais de um século, foi categorizado como racismo ambiental (CFESS, 2025, p.3).

Tais dados refletem a vulnerabilidade dessas populações, tornando aparente as desigualdades de classe, raça e gênero. Neste sentido, os profissionais são chamados a intervir nas frações da questão social que são tangenciadas pela questão ambiental.

No âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁸ pode-se observar um papel importante na legitimação da temática ambiental como objeto de estudo e pesquisa. O Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) promovido bianualmente pela ABEPSS, constitui também como um evento relevante para a categoria. Segundo Pereira (2018, p.100), “a questão ambiental apenas foi inserida como tema de um subeixo a partir de 2006, no X ENPESS”, sendo que no período de 2012 a 2016 houve a “implementação dos Grupos Temáticos de Pesquisas/GTPs, a partir de 2010, que trouxe um aprofundamento das questões relacionadas à pesquisa no Serviço Social” (PEREIRA, 2018, p.88). Nesse contexto, é instituído em 2010, o GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental no Serviço Social (GTP QAUASS), cuja ementa estabelece:

Apreender a dinâmica atual da sociedade capitalista, que, historicamente, engendra o agravamento das desigualdades sociais geradoras de situações de pauperismo tanto no campo quanto na cidade e que promove o uso predatório dos recursos ambientais tem se relevado desafio incontornável para a área de serviço social, impondo-nos o exercício permanente da

⁸ A ABEPSS foi criada em 1946, inicialmente como Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), passando ao atual nome em 1998. A entidade tem papel central na formulação e acompanhamento das Diretrizes Curriculares de 1996, na política Nacional de Estágio de 2012 e na promoção de debates democráticos envolvendo docentes, discentes e supervisores. A ABEPSS busca fortalecer a formação profissional por meio de fóruns, oficinas, projetos itinerantes, pesquisas e encontros nacionais e através dos GTP's.

reflexão crítica contra as violações dos direitos, a mercantilização das cidades e da intensificação da desigualdade social por meio de uma estrutura fundiária que concentra terra, riqueza e renda. Aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para embasar a análise crítica das expressões da questão social no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade na realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos, é a proposição deste Grupo de Trabalho (ABEPSS, 2012, p. 463-464, *apud*, MASCARENHAS, 2024, p. 22)

O *Documento do GTP Questão Agrária Urbana e Ambiental: GT Documento Biênio 2020-2022* (2022), foi elaborado em três partes, sendo a primeira “Memória histórica do GTP”, a segunda aborda os “limites, lacunas e desafios com indicação de aprofundamentos” e a terceira “sugestões e indicativos para a formação profissional”. Ainda no início, há o apontamento de dois desafios principais para pesquisadores e profissionais da área naquele contexto: i) articular as dimensões agrária, urbana e ambiental em uma perspectiva de totalidade, considerando a formação sócio-histórica brasileira e a lógica do capitalismo; e ii) conectar os diferentes Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), identificando suas particularidades e elementos comuns (ABEPSS, 2022, p. 7). Além disso, em um momento anterior, a ABEPSS (2021, p. 287) afirma que, “a carência de conteúdos voltados à questão ambiental nos currículos de graduação em Serviço Social ainda constitui um desafio, sendo “ainda mais preocupante quando a lacuna se expressa na ausência de menção objetiva, como ocorre com a questão ambiental”.

A partir do biênio 2015-2016 passa a ser enfatizado nas pesquisas do GTP QAUASS abordagem da totalidade, as produções relacionam as “particularidades estruturantes dos indivíduos e, logo, da sociedade brasileira”, traçando um recorte de classe, gênero e raça.

Os documentos do GTP QAUASS resgatam o processo histórico de expropriação e violência contra povos originários e negros no Brasil, associando a exploração ambiental à exploração social desde o período colonial. Segundo o GTP (2021), práticas de espoliação, etnocídio e escravização moldaram não apenas a estrutura social, mas também a ocupação e o uso dos territórios, cujos efeitos permanecem até hoje, atingindo comunidades como ribeirinhos, quilombolas, pescadores e indígenas. Essa perspectiva reforça que o que foi abordado anteriormente, que a crise ambiental contemporânea não é um fenômeno recente,

mas parte de um processo histórico de acumulação capitalista e destruição ambiental.

De acordo com Mascarenhas (2021), esse acúmulo institucional reflete um avanço significativo na consolidação da temática ambiental no Serviço Social, embora ainda existam desafios quanto à apropriação crítica e à superação de perspectivas conservadoras. O fortalecimento dessa pauta no âmbito das entidades representativas da categoria revela um compromisso crescente com a construção de um projeto profissional que articule a luta ambiental e a superação do modo de produção vigente.

Em síntese, o percurso histórico da questão ambiental no Serviço Social brasileiro, detalhado neste capítulo, revela uma notável trajetória de aprofundamento teórico e politização. Partindo de uma inserção inicial e muitas vezes acrítica no contexto da Rio-92, a temática amadureceu por meio de intensas disputas conceituais, nas quais se consolidou a perspectiva histórico-crítica, que desvelou os nexos indissociáveis entre a degradação da natureza e as contradições do modo de produção capitalista. Essa consolidação teórica transbordou para a esfera político-organizativa, onde a crítica ao sistema se materializou na análise dos danos desiguais. As entidades da categoria, com destaque para o CFESS e a ABEPSS, não apenas assumiram a pauta como uma "bandeira de luta", mas a qualificaram através do debate sobre o racismo ambiental, evidenciando, como a crise socioambiental atinge de forma mais severa a classe trabalhadora, as populações negras, indígenas e os povos tradicionais.

Dessa forma, o capítulo demonstra que a "questão ambiental" deixou de ser um conceito abstrato para o Serviço Social brasileiro, firmando-se como um constructo concreto e territorializado que é tangente à questão social e as particularidades das desigualdades de classe, raça e gênero. Culminando no tema da campanha de 2025 do dia 15 de Maio, a gente *defende a Justiça Ambiental para enfrentar a desigualdade social*, que tem mobilizado a categoria no desenvolvimento de debates e palestras para a ampliação da discussão em torno da questão ambiental.

Desse modo, o conceito de questão ambiental se revela como provocador de necessário e constante aprofundamento na produção de conhecimento e

articulação com a intervenção profissional. Em que a luta por justiça ambiental se firma não como um campo novo, mas como uma dimensão urgente da própria efetivação do projeto ético-político do Serviço Social. Por isso, sendo necessário conhecer o panorama de produções recentes da categoria de assistentes sociais, como faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - EXPRESSÕES CONCEITUAIS DA QUESTÃO AMBIENTAL NO DEBATE CONTEMPORÂNEO DO SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo se debruça sobre o debate contemporâneo acerca da questão ambiental no âmbito do Serviço Social. Seu objetivo central é *identificar as expressões conceituais acerca da questão ambiental em publicações recentes de Assistentes Sociais*. O percurso metodológico iniciou-se com a identificação de dezessete artigos, passando a pré-seleção de nove artigos dos Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), realizado em 2024, considerado um dos principais fóruns de divulgação científica da área. Após análise de conteúdo, apenas cinco desses artigos foram selecionados para compor efetivamente este capítulo.

A análise foi estruturada em duas seções: primeira seção, descreve os artigos selecionados, agrupando-os por afinidade temática; a segunda aprofunda a investigação, explicitando os conceitos utilizados em cada trabalho e sistematizando os resultados de forma qualitativa e quantitativa.

Como resultado, o capítulo demonstra que, ainda que a produção específica sobre o tema possa ser considerada incipiente no conjunto da profissão, os trabalhos aqui analisados revelam a existência de um debate consolidado e de forte viés crítico.

2.1 Descrição e análise do Artigo do ENPESS (2024)

Os artigos analisados são extraídos dos Anais do XVIII ENPESS e compõem o eixo temático *Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social*, majoritariamente o sub-eixo *Questão Ambiental*. A seguir, os trabalhos são descritos em uma sequência temática que parte dos fundamentos teóricos da discussão, avança para a sua interface com a profissão de Serviço Social e finaliza com a análise de estudos de caso.

Baseado em fundamentos teóricos, o primeiro artigo *Da relação entre social e ambiental: elementos que fortalecem o debate socioambiental para o Serviço Social*,

de autoria de Ariel Cristina de Araujo Nascimento⁹, trata-se de um ensaio teórico baseado em pesquisa documental e bibliográfica, objetivando “apresentar uma reflexão sobre as relações entre o processo de acumulação capitalista, a crise estrutural e a destruição ambiental em curso” (NASCIMENTO, 2024, p. 2). O texto segue uma estrutura com introdução, desenvolvimento e conclusão, não há sob-tópicos, mas é possível identificar os pontos chave para autora no desenvolvimento sendo: a conexão entre as questões social e ambiental, os conceitos de justiça e racismo ambiental, a relação com a crise do capital e os problemas contemporâneos de desmatamento e queimadas no Brasil.

O bloco seguinte de artigos volta o foco para o Serviço Social e a profissão de assistentes sociais. O segundo artigo analisado *Questão socioambiental e seus significados no Serviço Social*, de autoria de Tatiane Pereira da Silva¹⁰, trata-se de um ensaio teórico, elaborado a partir de sua tese de doutorado defendida em 2021¹¹. O objetivo é discutir os significados da questão socioambiental no campo do Serviço Social problematizando seus fundamentos históricos, a partir da análise da inserção da temática socioambiental na formação profissional de assistentes sociais. A estrutura do artigo organiza-se em três eixos principais. No primeiro a autora traz uma contextualização da trajetória histórica entre sociedade e natureza, desde as sociedades pré-capitalistas até a consolidação do capitalismo contemporâneo. No eixo seguinte a autora discute a emergência do debate ambiental no cenário internacional, destacando conferências e acordos globais. Já no terceiro eixo, trata dos desafios profissionais, ressaltando que cabe ao Serviço Social incorporar a dimensão socioambiental em sua prática investigativa, interventiva e educativa.

Na sequência, o terceiro artigo, *Serviço Social e os impactos da questão socioambiental no trabalho profissional*, da mesma autora, tem-se o ensaio teórico que articula revisão bibliográfica e reflexão crítica. Nessa produção a autora discute como a questão socioambiental incide diretamente sobre o exercício profissional do/da assistente social diante as novas demandas que surgem no cotidiano da profissão, especialmente no contexto de crise socioambiental. O artigo organiza-se

⁹ Universidade Estadual do Ceará (UECE).

¹⁰ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

¹¹ Tese de doutorado Tatiane Pereira da Silva (2021), intitulada “A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social”, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP.

em três momentos: introdução, “novas configurações produtivas”, “demandas socioambientais postas à profissão”. Destaca-se a crítica da autora ao *capitalismo verde* enquanto apenas “uma reconfiguração para manter a lógica de acumulação do capital, criando novas formas de exploração, assim como as políticas ambientais são utilizadas em detrimento da política econômica atual” (SILVA, 2024, p.4). Bem como seu chamado para que o Serviço Social amplie seu campo de análise e intervenção, reconhecendo que a questão ambiental não se restringe a degradação ecológica, mas está vinculada às desigualdades sociais e à dinâmica de acumulação capitalista.

Expandindo a discussão, o quarto artigo *A Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas em Belém/PA e a mobilização dos movimentos sociais: relato de uma aproximação pelo Serviço Social*, de autoria de Tayná Portilho de Aquino¹² e Nádia Socorro Fialho Nascimento¹³. Apresentam um relato de experiência - utilizando análise documental, observação e revisão bibliográfica - sobre a atuação de assistentes sociais junto aos movimentos sociais em 2025. Especificamente retrata a I Conferência Municipal sobre Mudanças Climáticas de Belém, promovido pela Prefeitura Municipal de Belém, e o Seminário Nacional em Preparação para a COP 30 intitulado *Desafios da luta popular diante da COP 30 na Amazônia*, promovido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O texto é organizado em duas seções centrais, abordando primeiramente sobre “Movimentos Sociais e o Serviço Social: aproximações necessárias”, em que contextualizam os movimentos sociais no Brasil. Na segunda seção, abordam a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Belém/PA, evidenciando o protagonismo de instituições internacionais, como a ONU, na condução e articulação dos debates em torno das mudanças climáticas; passando diretamente as instâncias preparatórias à COP 30 organizadas em âmbito local, que é a I Conferência Municipal sobre Mudanças Climáticas de Belém e o Seminário Nacional em Preparação para a COP 30. Por fim, as autoras apontam a necessidade de que o Serviço Social se aproxima das questões ambientais e dos movimentos sociais, a fim de compreender as “raízes de sua (re)produção” (AQUINO; NASCIMENTO,

¹² Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Pará (UFPA).

¹³ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Pará (UFPA).

2024, p. 13), superando abordagens midiáticas e superficiais que não dão conta da complexidade das desigualdades socioambientais.

Completando essa análise, o último bloco de artigos contempla a análise de estudos de caso e contextos específicos. O quinto artigo “*O machado esquece, árvore recorda*”: reflexões sobre racismo ambiental e as enchentes no Rio Grande do Sul, de Aline Vargas Escobar¹⁴ e Alzira Maria Baptista Lewgoy¹⁵. O ensaio teórico busca refletir - sob a ótica da vivência, considerando a participação das autoras nas frentes de apoio e acompanhando direto as populações atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 - acerca das desigualdades socioambientais que remetem a lógica de exploração capitalista e a vulnerabilidade histórica da população negra, evidenciando a luta antirracista e pela justiça ambiental. O artigo é composto por três partes principais, iniciando em “*Arando o terreno: breve resgate e contextualização histórica*” abordam a relação povos originários com a natureza, resgatam o histórico de desastres ambientais no estado e apontam o desmonte das políticas públicas de prevenção, além do alinhamento ao viés neoliberal. Na segunda parte, intitulada “*Para amadurecer direto do pé: considerações do conjunto CFESS-CRESS sobre justiça ambiental*”, apresentam as diretrizes ético-políticas do Serviço Social para atuação em situações de calamidade, destacando publicações como o Código de Ética do/a Assistente Social (Art. 3º) e o *CFESS Manifesta*, bem como estudos da área que revelam os “constantemente esforços de atualização da profissão” (ESCOBAR; LEWGOY, 2024, p. 8). Na última parte, “*Racismo ambiental e resistência: somos folhas de árvores de raízes fortes!*”, apontam a importância da interseccionalidade entre racismo ambiental e as categorias raça, gênero e classe, considerando que os danos atingem majoritariamente pessoas negras. Ressaltam que, “as/os assistentes sociais têm como dever ético-político racializar a questão socioambiental no cotidiano profissional (ESCOBAR; LEWGOY, 2024, p.12).

Assim, esta apresentação analítica dos cinco artigos busca evidenciar o ponto de partida das/os autoras/es, que evidenciam uma produção crítica de assistentes sociais acerca da questão ambiental. Além de uma postura de reconhecimento sobre a pertinência da temática, sobretudo associada aos danos ambientais desiguais sobre o conjunto da sociedade. Com isso, defendem de que a

¹⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

categoria profissional reforce o compromisso de incorporar a análise crítica da questão ambiental nas produções acadêmicas, subsidiando a formação e atuação profissional a fim de combater a visão reducionista e o negacionista, para promover a justiça ambiental.

2.2 As expressões Conceituais da Questão ambiental nos anais do ENPESS 2024.

Nesta seção, realiza-se uma análise conceitual detalhada de cada um dos cinco artigos selecionados. O objetivo é explicitar a principal referência teórica utilizada pelos autores para discutir a questão ambiental e/ou questão socioambiental, conforme os dados sistematizados previamente. Observa-se que os artigos apresentam diferentes compreensões sobre a questão ambiental.

Observação qualitativa sobre a produção acerca da questão ambiental

O primeiro artigo, *Da relação entre social e ambiental: elementos que fortalecem o debate socioambiental para o Serviço Social*, de Nascimento (2024), fundamenta sua análise com autores do campo marxista crítico. A autora utiliza o conceito de “questão ambiental”, embora sua definição explícita não seja apresentada no texto, mas a ideia é desenvolvida ao longo da obra.

Afirma que “a Questão Ambiental é estreitamente vinculada à Questão Social” (NASCIMENTO, 2024, p. 2). Em que os danos ambientais são distribuídos de forma desigual, empregando os conceitos de *justiça ambiental* e *racismo ambiental* para reafirmar o quadro de desigualdade de *proteção ambiental*. Ou seja, compreende que a dinâmica da natureza exige uma análise da relação entre capital e trabalho, evidenciando a interligação entre as questões sociais e ambientais, visto que a degradação impacta de forma desigual as populações vulneráveis.

Além de justificar-se a conexão entre a Questão Social e a Questão Ambiental, quando se analisa como a exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental afetam desproporcionalmente as populações vulneráveis, pode-se identificar diversas comunidades, empobrecidas e marginalizadas, que frequentemente enfrentam maiores impactos

ambientais, como poluição do ar e da água, além de ter menos recursos para se adaptar às mudanças ambientais (NASCIMENTO, 2024, p. 3).

A autora demonstra que essa vinculação não é um fenômeno recente ou restrito às crises do capital, ou seja, parte da premissa de que ambas as questões emergem do processo histórico-social do capitalismo, em que a questão ambiental e a questão social refletem, respectivamente, a mercantilização da natureza e do trabalho, sendo totalidades distintas que se tangenciam. No contexto brasileiro, ela ressalta que a gênese dessa lógica está intrinsecamente ligada ao processo de colonização, conforme explicitado:

A questão ambiental é latente no Brasil desde a invasão Portuguesa. A relação construída entre homem e natureza é alterada por um processo de mercantilização da mesma, abandonando a relação de ambiente, troca e subsistência, para ingressar na lógica produtivista, de aumento de capital e consumo exacerbado (NASCIMENTO, 2024, p. 3).

Ou seja, de acordo com a autora, a raiz do problema reside na transformação da natureza em mercadoria, uma ruptura imposta pela lógica de acumulação que se consolida com a Revolução Industrial, impulsionada pelo surgimento de novas tecnologias e a instalação de fábricas. Contudo, é com o avanço do neoliberalismo que se "intensificam os processos destrutivos da natureza. Veja, o avanço do capital sobre a natureza dá-se simultaneamente ao avanço do capital sobre os homens" (NASCIMENTO, 2024, p. 2). Desse modo, a autora enfatiza que a crise não é o fator de origem, mas sim um elemento que agrava a questão ambiental.

Por sua vez, em *Questão socioambiental e seus significados no Serviço Social*, Tatiane Pereira da Silva (2024), utiliza o conceito de questão socioambiental, atribuindo-lhe centralidade como objeto de estudo e tema de seu trabalho. A autora não apresenta uma definição específica do conceito baseada em um autor ou obra, mas desenvolve a partir de sua própria concepção e dos estudos resultantes de sua tese de doutorado, que teve como objetivo analisar a questão socioambiental e o trabalho de assistentes sociais.

Para a autora, a questão ambiental e a questão social devem ser compreendidas como uma unidade indissociável, justificando o uso do conceito "questão socioambiental" para expressar essa interconexão. Ou seja, "o entendimento de que os problemas sociais estão inter-relacionados aos problemas

ambientais o designa como sendo “socioambiental” e, por isso, devemos perceber que as soluções assim também devem ser pensadas” (SILVA, 2024, p. 13). Ela se posiciona defendendo a integração da dimensão ambiental ao social no âmbito do Serviço Social, ou seja, contra intervenções reducionistas que separam o social do ambiental e que significa “fragmentar nosso pensamento, enxergar a intervenção dos assistentes sociais somente a partir e para o social, aludindo o paradigma moderno da divisão entre social e o ambiental ao solidificar a sua separação” (SILVA, 2024, p. 14).

Acerca da origem da questão socioambiental ela explicita estar intrinsecamente ligada ao processo de consolidação do modo de produção de capital, que, no paradigma moderno, resulta na exploração intensa da natureza. Ou seja, a autora crítica o modelo econômico capitalista, ressaltando que em sua lógica de reprodução está fundamentada a questão socioambiental, tendo visto que converte a natureza em recurso a ser explorado para produção de mercadorias.

Os fundamentos da questão socioambiental resultam-se mediante a tais práticas, das quais constitui a configuração sistêmica do desenvolvimento socioeconômico regimentado no paradigma de economia linear — extração, produção, distribuição, consumo e descarte — enquanto projeções societárias destinadas para acumulação do corporativismo capitalista, que lideram e comandam as ações antrópicas alinhadas a um padrão de sociabilidade subordinada à lógica de produção e consumo (SILVA, 2024, p. 6).

No contexto da discussão de Tatiane Pereira da Silva (2024), destaca-se outro artigo de sua autoria, intitulado *Serviço Social e os impactos da questão socioambiental no trabalho profissional*, o qual é objeto de análise neste momento. É relevante notar que neste trabalho, semelhante ao anterior, a autora não apresenta uma referência em relação ao conceito de questão socioambiental.

Silva (2024) afirma que a questão socioambiental e suas múltiplas expressões vem se configurando como espaço de investigação e intervenção profissional de assistentes sociais. O que denota que compreende que há relação entre questão social e questão ambiental, que se evidencia no fato da autora usar o termo socioambiental na discussão, bem como discutir sobre os danos da questão socioambiental no campo das políticas sociais, e como os problemas ambientais se materializam como demandas no cotidiano das instituições públicas e privadas no trabalho de assistentes sociais. Por isso, consideramos elencar que ao optar pelo

uso socioambiental as autoras demonstram sua compreensão de que há relação entre questão ambiental e questão social enquanto uma unidade.

No artigo, a autora enfatiza uma leitura contemporânea da questão ambiental, em que "a crise socioambiental contemporânea vem causando impactos imensuráveis na realidade singular da vida social. Esse cenário expressa a questão socioambiental e suas múltiplas expressões" (SILVA, 2024, p. 2). Acrescenta que através da crise socioambiental "desvela-se a insustentabilidade de manutenção do sistema capitalista" (SILVA, 2024, p. 3). Apesar disso, não se consegue contextualizar a origem da questão ambiental, seja ela vinculada à fundação do modo de produção ou a seu momento de crise estrutural.

No relato de experiência *A Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas em Belém/PA e a mobilização dos movimentos sociais*, Aquino e Nascimento (2024) não apresentam uma definição teórica referenciada da questão ambiental. Elas explicitam sua compreensão ao afirmar que "a questão ambiental, manifesta nas consequências climáticas e outras formas de degradação da natureza que contribuem para a pauperização das condições de vida" (AQUINO; NASCIMENTO, 2024, p. 13).

Tal perspectiva defende que há uma relação entre questão ambiental e questão social. Embora não possa ser evidenciado o teor dessa relação, é possível afirmar que as autoras consideram que as manifestações da questão ambiental não se restringem aos danos sobre o meio ambiente, mas também afetam diretamente as condições de existência humanas. Tendo em vista sua discussão acerca do *racismo ambiental*, evidenciando que os danos ambientais atingem de forma desigual os diferentes grupos socialmente vulnerabilizados, ao apontar que "as consequências climáticas não são sentidas da mesma forma pela sociedade em geral, o que remete à uma perspectiva de classe" (AQUINO; NASCIMENTO, 2024, p. 8).

Igualmente não é explicitamente abordada a relação entre a constituição da questão ambiental e o modo de produção capitalista. Ficando palpável que essa relação existe, uma vez que nas análises acerca das mudanças climáticas, as autoras salientam que a emergência climática é uma consequência intrínseca do modo de produção capitalista.

Dando sequência em “*O machado esquece, árvore recorda*”: reflexões sobre racismo ambiental e as enchentes no Rio Grande do Sul, de Escobar e Lewgoy (2024), tem-se a reflexão focada no conceito de racismo ambiental, priorizando a relação que detém com a justiça ambiental e o racismo. Em que não apontam um conceito referenciado, mas utilizam o termo questão socioambiental.

Contudo, apesar da conceituação da questão socioambiental não ser explicitamente referenciada, é perceptível que as autoras abordam sua compreensão do conceito, ao argumentarem que o termo socioambiental expressa a indissociabilidade em que “a questão social está intrinsecamente ligada à questão ambiental” (ESCOBAR; LEWGOY, 2024, p. 8). Nesse sentido, afirmam que “os grupos racializados são sistematicamente mais atingidos, em detrimento de vulnerabilidades anteriores acumuladas em relação à classe, gênero, sexualidade, entre outros” (ESCOBAR; LEWGOY, 2024, p. 7). Nesse sentido, pode-se elencar que ao optar pelo uso socioambiental as autoras demonstram sua compreensão de que há relação entre questão ambiental e questão social enquanto uma unidade.

Por fim, o artigo não contempla de forma explícita a questão socioambiental enquanto uma consequência do capitalismo e/ou de sua crise estrutural. Apesar disso, as autoras afirmam que “a mercantilização da vida e da natureza historicamente ocasiona em tentativas constantes do Estado de desterritorializar os povos indígenas de suas terras para beneficiar o capitalismo” (ESCOBAR; LEWGOUY, 2024,p.4), e ratificam que “se faz pertinente pensar sobre como a apropriação capitalista da terra, da água e de diversos elementos da natureza afetam a população negra” (ESCOBAR; LEWGOUY, 2024, p.2). Sendo possível captar que as autoras consideram a relação entre o sistema de produção capitalista e a questão ambiental.

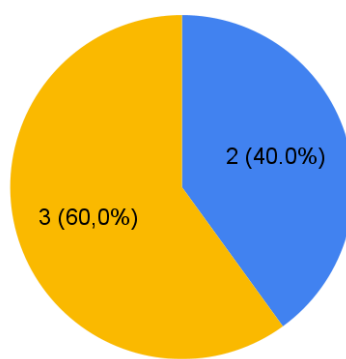
Observação quantitativa sobre a produção acerca da questão ambiental

A análise qualitativa dos artigos, apresentada anteriormente, revela tendências e convergências teóricas que podem ser mais bem visualizadas por meio de uma sistematização quantitativa. A seguir, são apresentados os resultados numéricos baseados na tabela de análise.

Em relação a terminologia do conceito abordado, dois artigos (40%) empregam o conceito de questão ambiental, sendo Nascimento (2024) e Aquino e Nascimento (2024); enquanto três artigos (60%) utilizam o conceito de questão socioambiental, com Silva (2024a); Silva (2024b); Escobar e Lewgoy (2024).

Gráfico 1 - Terminologia Central Utilizada nos Artigos

● Questão Ambiental ● Questão Socioambiental



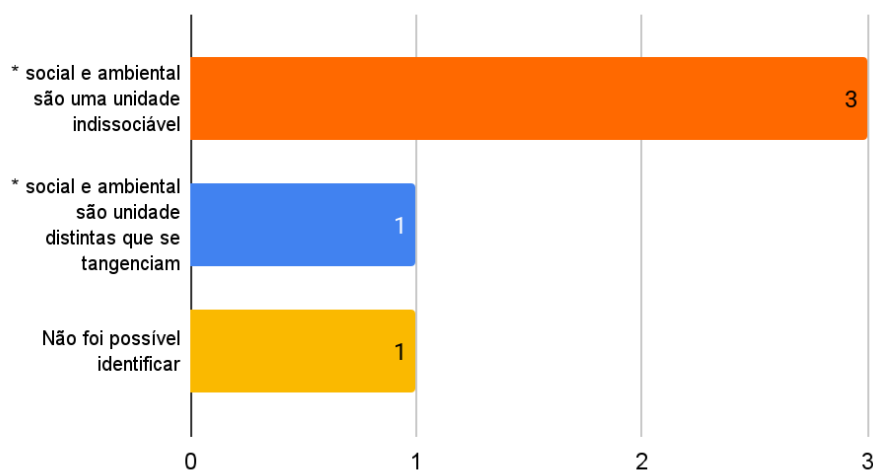
Fonte e elaboração: Autora

Dentre artigos analisados, em 100% deles não há um(a) autor(a) específico para definir o conceito abordado. Esse dado revela que as produções examinadas ainda carecem de uma conceituação mais precisa da questão ambiental, o que representa uma lacuna relevante acerca do referencial teórico conceitual escolhido, tendo em vista o amadurecimento conceitual expresso nas produções de assistentes sociais desde a década de 1990, como apontou Mascarenhas (2021). O que entendemos pode, a longo prazo, limitar o aprofundamento analítico e comprometer a construção de uma base teórica cada vez mais consistente e essencial para o fortalecimento da formação e atuação profissional frente aos novos desafios colocados para o Serviço Social. Nesse sentido, compreende-se que se trata de um dado a ser aprofundado a fim de verificar o porquê das publicações recentes não referenciarem as produções anteriores, investigando se há desconhecimento acerca

do saldo de pesquisa produzida e quais são os danos dessa tendência na área de Serviço Social.

O segundo eixo de análise investigou se nos artigos selecionados há uma compreensão (ou não) da relação entre questão ambiental e questão social. Os dados revelam que 100% dos trabalhos identificam uma conexão entre a questão ambiental e a questão social. Observando a natureza dessa relação, tem-se que 20% dos artigos (NASCIMENTO, 2024) localizam que a questão ambiental e questão social são unidades distintas que se tangenciam; em 60% dos artigos (SILVA, 2024a; SILVA, 2024b; ESCOBAR e LEWGOY, 2024) compreende-se que o social e o ambiental são uma unidade indissociável que é expressa no conceito de questão socioambiental; e 20% dos artigos (AQUINO; NASCIMENTO, 2024) não apresentam elementos suficientes para identificar essa particularidade. Nesse sentido, destaca-se que não há menções explícitas à questão ambiental como expressão direta da questão social.

Gráfico 2 - A relação entre Questão Ambiental e Questão Social

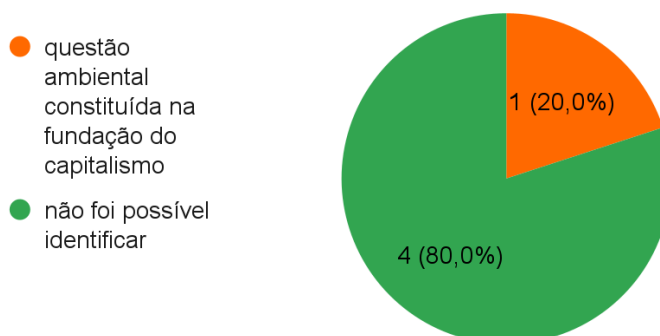


Fonte e elaboração: Autora

Por fim, a presente análise buscou compreender a relação entre a questão ambiental e o modo de produção capitalista, investigando se tal problemática é

compreendida como consequência desde a constituição desse sistema ou se emerge a partir de sua crise no século XX. Os dados revelam que 100% dos trabalhos identificam uma conexão entre a questão ambiental e o capitalismo. Observando a natureza dessa relação, tem-se que 20% dos artigos (NASCIMENTO, 2024) localizam que a questão ambiental está constituída a partir da fundação do capitalismo; enquanto os demais 80% dos artigos (SILVA, 2024a; SILVA, 2024b; AQUINO, NASCIMENTO, 2024; ESCOBAR e LEWGOY, 2024) não apresentam elementos suficientes para identificar essa particularidade, conforme apresentado a seguir:

Gráfico 3 - Relação entre Questão Ambiental e Capitalismo



Fonte e elaboração: Autora

Esses dados quantitativos reforçam a análise qualitativa de que a produção recente no Serviço Social aborda a questão ambiental a partir de um viés crítico, uma vez que a relaciona com o modo de produção capitalista. Além disso, observa-se a pluralidade de abordagens conceituais sobre a questão ambiental no campo do Serviço Social que ainda assim mantém uma convergência importante: as manifestações da questão ambiental não são vistas como naturais, mas sim socialmente produzidas, ou seja, enquanto construções profundamente atravessadas pelo modo de produção capitalista cujas expressões são sentidas de forma desigual a partir das mediações de classe, raça, gênero e território.

No entanto, destacamos a necessidade de aprofundar a análise para compreender porque as produções não têm situado às particularidades da relação entre a questão ambiental e o modo de produção capitalista, tendo em vista a existência de pluralidade de argumentações teóricas que revelam as tensões acerca da análise crítica da questão ambiental na área do Serviço Social, como vimos no primeiro capítulo ao considerar as produções desde a década de 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso se dedicou a investigar a perspectiva do Serviço Social acerca do conceito de questão ambiental. A trajetória dessa pesquisa nasce da inquietação provocada pela experiência direta com a realidade das expressões da questão ambiental que tem marcado a história recente do Brasil. A vivência em contextos como Brumadinho e o Rio Grande do Sul impulsionou a necessidade de ir além da investigação imediata buscando compreender as raízes e os fundamentos conceituais que estruturam o debate sobre a questão ambiental no Serviço Social. Desta forma, este trabalho se propôs analisar as perspectivas atuais de conceituação sobre questão ambiental na área, partindo de um resgate histórico de sua produção para, então, investigar as expressões teóricas presentes no debate contemporâneo da profissão.

O percurso histórico, detalhado no Capítulo I, revelou uma trajetória de intenso amadurecimento teórico e político. A análise demonstrou que a inserção da temática nos Serviço Social remonta a década de 1990, em um primeiro momento marcado por uma apropriação acrítica do discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável. O ponto de inflexão maior ocorreu nos anos 2000, com o avanço da perspectiva histórico-crítica, impulsionada por produções seminais que consolidaram a compreensão da questão ambiental como um produto das contradições da ordem burguesa.

Diante do debate apresentado, esta pesquisa filia-se a compreensão de autoras como Maria das Graças e Silva (2010) e Raquel Mota Mascarenhas (2024), que apontam para a necessidade de superar visões fragmentadas. Acredito, portanto, que a questão ambiental e a questão social, embora ontologicamente vinculadas pela lógica destrutiva do capital, manifestam-se como esferas distintas que se entrelaçam e se determinam mutuamente. Os próprios conceitos de “racismo ambiental” e “justiça ambiental”, presentes na literatura e manifestações ético-políticas recente da categoria, são a prova de entrelaçamento, pois demonstram como a degradação da natureza não é um processo neutro, mas uma arma que aprofunda as desigualdades de classe, gênero e raça, atingindo de forma brutal os grupos socialmente subalternizados.

O Capítulo II, ao analisar a produção mais recente do ENPESS 2024, ofereceu um rico panorama do debate atual, mesmo diante a produção incipiente acerca da temática, quando comparados a outros eixos. Diante a diversidade de abordagens sobre a questão ambiental no Serviço Social, as produções examinadas demonstram avanços na articulação entre dimensões sociais e ambientais. No entanto, observa-se que em grande parte das produções há ausência de uma conceituação referenciada acerca da questão ambiental, bem como lacunas na discussão sobre a sua origem, sua conexão com a questão social e sua relação com o capitalismo. Tais limitações podem comprometer o aprofundamento teórico coletivo e indicam a necessidade de maior rigor na pesquisa para fortalecer a formação e atuação profissional.

Nesse sentido, a iniciativa do conjunto CFESS-CRESS de eleger como lema para 2025 o tema *Serviço Social na luta por Justiça Ambiental para a Diversidade de Povos e Biomas*, é de extrema relevância. Uma pauta como essa, vinda das entidades representativas, possuem um potencial de influenciar e impulsionar a categoria a produzir mais conhecimento enriquecendo e ampliando a concepção da questão ambiental no Serviço Social brasileiro.

A relevância desta pesquisa, portanto, afirma-se na urgência de qualificar a intervenção profissional diante de uma realidade de crise social e ecológica global. Em um contexto de aprofundamento das manifestações da questão ambiental que expõem as veias abertas da desigualdade de classe, gênero e raça, é salutar compreender os fundamentos conceituais da questão ambiental sem que seja apenas um interesse opcional e, sim, uma exigência para a materialização do nosso projeto ético político. Em que visou-se contribuir para o adensamento de um campo de estudos que, como vimos, ainda necessita de maior aprofundamento, oferecendo uma sistematização que pode subsidiar tanto a formação de futuros assistentes sociais quanto à educação permanente de quem já está na linha de frente.

Esse estudo, ao focar nos fundamentos conceituais, representa um ponto de partida. A partir dos achados, emergem novas e urgentes possibilidades de investigação. O desejo que motivou esta pesquisa foi o de construir uma base teórica sólida para, futuramente, ampliar o estudo sobre as expressões da questão ambiental e as estratégias de enfrentamento. Além disso, indicam-se pesquisas de

campo que analisem as mediações e os desafios concretos da intervenção profissional de assistentes sociais em contextos de crise climática. Sugere-se, ainda, aprofundar os estudos sobre a interseccionalidade entre gênero, raça, gerações e a questão ambiental, um campo fértil e crucial para a profissão.

Em suma, este trabalho buscou demonstrar que o Serviço Social brasileiro não apenas inseriu a questão ambiental em seu escopo de preocupações, mas a tem qualificado a partir de um rigoroso referencial crítico, compreendendo-a como uma parte indissociável da luta anticapitalista e anti-racista. A análise revelou que, para a produção recente da área, a crise ecológica e a crise social não são paralelas, mas sim facetas de uma mesma totalidade contraditória que mercantiliza a vida e a natureza. Dessa forma, a luta por justiça ambiental firma-se não como um campo novo ou acessório mas como uma dimensão fundamental inadiável da própria efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, que nos convoca a atuar na raiz das desigualdades em defesa de um futuro onde a vida, em todas as suas formas, possa florescer.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL(ABEPSS). *Documento do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental*. [S.l.]: ABEPSS, 2022. 150 p. GT Documento, Biênio 2020-2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Subsídios para reflexão sobre o tema socioambiental*. Belo Horizonte: ABEPSS, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). O Serviço Social na agenda de justiça ambiental: diálogos com o debate socioambiental. *Temporalis*, v. 21, n. 41, p. 9–21, 2021.

AQUINO, Tayná Portilho de; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. *A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Belém/PA e a mobilização dos movimentos sociais: relato de uma aproximação pelo Serviço Social*. Anais do ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 18., 2024, Fortaleza: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03437.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de assistente social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 1993.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Direitos humanos. 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/gestao_2011_2014/pdf/relatoriofinal_direitoshumanos.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRITO, Madu. Quatro meses da enchente no RS: Crianças órfãs convivem com luto por pais mortos: 'ficam tristes', dizem parentes. G1 RS, 01 set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/09/01/quatro-meses-da-enchente-no-rs-criancas-orfas-convivem-luto-por-pais-mortos-ficam-tristes-sofrendo-muito-dizem-parentes.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BOURCKHARDT, Vandenéia. *Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAETANO, Franciele. Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero participa de debate sobre os efeitos da enchente na população LGBTQIAPN. *Defensoria Pública do Rio Grande do Sul*, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/nucleo-de-defesa-da-diversidade-sexual-e-de-genero-participa-de-debate-sobre-os-efeitos-da-enchente-na-populacao-lgbtqiapn>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Bandeiras de luta do conjunto CFESS-CRESS*. Brasília, DF: CFESS, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *A gente defende justiça ambiental para enfrentar a desigualdade social*. Brasília, 15 mai. 2025. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5192/zy2wJI_KYT75v2g7rwV8allMEI3VSRXU.pdf Acesso em: 04 ago. 2025.

CFESS. – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *CFESS Manifesta: A questão ambiental, assistentes sociais e os desafios humanitários*. Brasília, 05 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-DiaMundialMeioAmbiente-site.pdf>

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *CFESS Manifesta: Dia Mundial do Meio Ambiente*. Brasília, 5 jun. 2012. Disponível em: https://antigo.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_diamundialambiente-SITE.pdf Acesso em: 29 jul. 2025.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Enchentes já afetaram mais de 80 comunidades indígenas no RS. *Site do CIMI*, 06 mai. 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/05/indigenascheiars/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. *Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 399–408, jan. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-4014199700010001>

CORNELY, S. A. *Introdução à ecologia social*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, v. 38, p. 20- 29, abr.1992.

CORRÊA, Deborah Cristina. *O debate ambiental no serviço social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?* 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 1991.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ESCOBAR, A. V.; LEWGOY, A. M. B. “O machado esquece, a árvore recorda”: reflexões sobre racismo ambiental e as enchentes no Rio Grande do Sul. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 18., 2024, Fortaleza: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03914.pdf> Acesso em: 13 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA DA ABEPSS QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; LUSA, Mailiz Garibotti; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SILVA, Matheus Thomaz da. *Diretrizes curriculares e produção de conhecimento sobre questões agrária, urbana e ambiental*. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 277–292, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p277-292.

KRUSE, Tulio; PRESTES, Felipe. *As enchentes de 2024 atingiram uma proporção maior de pessoas pobres, negras e com menor escolaridade*. Folha de São Paulo, 2024.

LIMA, Andréa. *"O FUTURO QUE NÃO QUEREMOS": análise crítica do desenvolvimento sustentável e da economia verde no âmbito da Rio + 20*. Nota Técnica – CFESS, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 1. ed. São Paulo: Editora Abril, 1987.

MASCARENHAS, Raquel Mota. *Questão ambiental no serviço social, afinal do que se trata?* *Temporalis*, v. 21, n. 41, p. 381–396, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n41p381-396.

MASCARENHAS, Raquel Mota. *O canto do Antropoceno: a questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente*. 2024. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

NASCIMENTO, A. C. de A. Da relação entre social e ambiental: elementos que fortalecem o debate socioambiental para o Serviço Social. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 18., 2024, Fortaleza: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/04241.pdf>. Acesso em: 13 ago 2025.

NUNES, Letícia Soares. *A questão socioambiental e os desafios ao serviço social*. *O Social em Questão*, v. 21, n. 40, p. 209-228, 2018.

OLIVEIRA, L. D. de. *Cinquenta anos das Conferências Ambientais da Organização das Nações Unidas: qual é o legado para as condições de saúde humana?* Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 38, n. 12, e 00130522, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT130522>

OLIVEIRA, Margarida Mariano de; SILVA, Afonso Ramyres Pereira da. *Mineração na América Latina e no Brasil: algumas reflexões*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 18., 2024, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/04246.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PEREIRA, Jéssica Aparecida. *A produção de conhecimento sobre questão ambiental no Serviço Social: análise dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 2016*. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PIMENTEL, Ana. Mulheres em tempos de crise: uma tragédia dentro da tragédia do RS. *Le Mond Diplomatique Brasil*, 10 mai. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mulheres-tragedia-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SANTOS, R. dos. *Serviço Social e Meio Ambiente*. 2007. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social/Centro de Filosofia e Ciências 7Humanas – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva; TORRES, Mabel Mascarenhas. CFESS MANIFESTA: O POSICIONAMENTO POLÍTICO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS. *Serviço Social em Perspectiva*, v. 5, n. 1, jan./jun. 2021.

SILVA, Maria das Graças e. *Capitalismo contemporâneo e a “questão ambiental”: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, M. das G. e. *Capitalismo, questão ambiental e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Silvana Crisostomo da. *Produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológico e ideo-político*. 2015. Dissertação (Programa de Pós Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Tatiane Pereira da. *Questão socioambiental e seus significados no Serviço Social*. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 18., 2024, Fortaleza: ABEPSS, 2024. Disponível <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/04225.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SILVA, Tatiane Pereira da. *Serviço Social e os impactos da questão socioambiental no trabalho profissional*. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 18., 2024, Fortaleza: ABEPSS, 2024. Disponível <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03235.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SILVEIRA, João Paulo Borges da. 2015. *Questão ambiental e a sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós -Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TOLEDO, Madu. RS tem 2 mil pessoas com deficiência resgatadas das chuvas. *Metrópole*, 20 mai. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/18-mil-pcds-resgatados-nao-sabia-para-onde-ir>. Acesso em: 12 ago. 2025.

VILELA, Pedro Rafael. Com maior proporção de idosos do país, RS só tem 2 abrigos exclusivos. *Brasil de Fato*, 24 mai. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/24/com-maior-proporcao-de-idosos-do-pais-rs-so-tem-2-abrigos-exclusivos/#:~:text=A%20reportagem%20da%20Ag%C3%Aancia%20Brasil,seguir%20a%20vida%20com%20dignidade.%22>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ANEXO

Anexo 1 - Análise Conceitual Anais do ENPESS 2024

Análise Conceitual Anais do ENPESS 2024	
Artigo e autor(a)	Da relação entre social e ambiental: elementos que fortalecem o debate socioambiental para o Serviço Social. NASCIMENTO (2024).
Termo Utilizado	Questão ambiental e questão socioambiental
Referência do Conceito utilizado para definir o conceito (autor e obra)	A autora não utilizou um autor para definir especificamente Questão ambiental e/ou questão socioambiental
Conceito de questão ambiental e/ou socioambiental(ex plicitado no artigo)	A autora compreende a questão ambiental como manifestação da questão social, ambas vinculadas às contradições do modo de produção capitalista.
	"A Questão Ambiental é estreitamente vinculada à Questão Social, sendo que ambas resultam das contradições do modo de produção capitalista, que transforma tanto a força de trabalho quanto a natureza em mercadorias." (NASCIMENTO, 2024, p. 2).
Relação entre Questão ambiental e questão social. Identifica se é expressão da questão social?	Para a autora, a questão ambiental é vinculada à questão social.
	"A Questão Ambiental é estreitamente vinculada à Questão Social, porque ambas problemáticas têm origem na formação sócio histórica do Capital, que também transforma a natureza em mercadoria." (NASCIMENTO, 2024, p 2)
Relação com o modo de produção capitalista	Sim, a autora relaciona a gênese da questão ambiental com o modo de produção capitalista e destaca que é latente desde a invasão portuguesa.
	"A questão ambiental é latente no Brasil desde a invasão Portuguesa. A relação construída entre homem e natureza é alterada por um processo de mercantilização da mesma, abandonando a relação de ambiente, troca e subsistência, para ingressar na lógica produtivista, de aumento de capital e consumo exacerbado" (NASCIMENTO, 2024, p. 3). "É no período da Revolução Industrial (século XIX) que o capital avança nos espaços naturais do nosso planeta, neste mesmo período, quando surgem as primeiras transformações tecnológicas e econômicas, que começaram a alterar de maneira drástica também as relações sociais, a questão social emerge, mas é na fase do capitalismo financeiro, em suas faces do neoliberalismo, que se intensificam os processos destrutivos da natureza. Veja, o avanço do capital sobre a natureza dá-se simultaneamente ao avanço do capital sobre os homens" (NASCIMENTO, 2024, p. 2) .
Artigo e autor(a)	Questão socioambiental e seus significados no Serviço Social (SILVA,2024)
Termo Utilizado	Questão ambiental e questão socioambiental sendo o segundo o mais utilizado pela autora e constitui como tema do trabalho.

Referência do Conceito utilizado para definir o conceito (autor e obra)	A autora não cita um autor especificamente para definir o conceito, mas argumenta a partir de sua própria concepção e estudo realizado através de sua tese de doutorado, em que o objetivo é abordar a questão socioambiental e o trabalho de assistentes sociais.
Conceito de questão ambiental e/ou socioambiental(ex plicitado no artigo)	Apesar da autora utilizar Silva (2010), em vários momentos e fazer alusão a partir da autora sobre a temática não há citação direta sobre o conceito definido por Silva (2010). Porém Silva (2024) discute o conceito socioambiental a partir de Silva (2010), está ancorado na compreensão de que pobreza e meio ambiente constituem um binômio central para a chamada Sustentabilidade Social. "A autora (Ibidem, p. 34-35), nessa perspectiva, tematiza seus estudos sobre os desafios ético-políticos do Serviço Social no contexto da questão ambiental e o Desenvolvimento Sustentável, dentre as quais pontou os embates que envolvem a temática pobreza e o meio ambiente como sendo binômio de fatores centrais para a chamada Sustentabilidade Social, ao serem representados a partir de duas teses distintas, que se apresentam entremeio à tese do "círculo vicioso" e a do "duplo caminho", pois em ambas as hipóteses, "[...] a pobreza ocupa o lugar determinado como fator elucidativo da degradação ambiental.". Desta concepção são alinhadas as políticas sociais para resolver a pobreza como enfoque para a superação dos problemas ambientais". (SILVA, 2024, p. 13, referindo-se a SILVA, 2010).
Relação entre Questão ambiental e questão social. Identifica se é expressão da questão social?	Compreende que a questão ambiental e a questão social estão inter-relacionadas. O entendimento de que os problemas sociais estão inter-relacionados aos problemas ambientais o designa como sendo "socioambiental" e, por isso, devemos perceber que as soluções assim também devem ser pensadas. (SILVA, 2024, p. 13)
Relação com o capitalismo	Segundo a autora, a questão socioambiental tem relação com o modo de produção capitalista, mas destaca que a degradação ambiental é perceptível desde os primórdios, e intensifica com os processo civilizatório e o desenvolvimento do sistema capitalista. As raízes da degradação socioambiental foram sendo emolduradas na trajetória da humanidade no processo civilizatório, demarcando as pegadas e os caminhos percorridos pelo homem na Terra. Nesse sentido, a organização da vida produtiva representou-se parte indissociável, com diversos estágios que marcaram formas distintas da relação homem-natureza, que começam desde os primórdios com a sociedade primitiva, passando para o escravismo, posteriormente o feudalismo, depois o mercantilismo e, por final, o capitalismo que vigora até os dias atuais. (SILVA, 2024, p. 2-3)
Artigo e autor(a)	Serviço Social e os impactos da questão socioambiental no trabalho profissional. (Silva, 2024)
Termo Utilizado	Menciona questão ambiental, mas usa predominantemente o termo questão socioambiental.
Referência do Conceito utilizado para definir o conceito (autor e obra)	A autora neste trabalho também não apresenta uma definição do conceito de questão socioambiental, constrói uma análise sobre.
Conceito de questão ambiental e/ou socioambiental(ex	"a crise socioambiental contemporânea vem destoando impactos imensuráveis na realidade singular da vida social. Esse cenário expressa a questão socioambiental e suas múltiplas expressões, como sendo um fator que transcende sobre a necessidade de se pensar o desenvolvimento socioeconômico a partir de um paradigma ecológico alternativo ao que

plicitado no artigo)	vivemos hoje. "(SILVA, 2024. p. 2)
Relação entre Questão ambiental e questão social. Identifica se é expressão da questão social?	A autora não menciona diretamente o conceito como expressão da questão social, mas o fato de usar o termo socioambiental na discussão reflete que a mesma possui uma relação.
Relação com o capitalismo	A autora no texto aborda a relação do modo de produção capitalista com a questão socioambiental, porém não menciona explicitamente se a mesma tem origem do MPC ou apenas com a crise.
Artigo e autor(a)	A Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas em Belém/PA e a mobilização dos movimentos sociais: relato de uma aproximação pelo Serviço Social (AQUINO; NASCIMENTO, 2024)
Termo Utilizado	O artigo utiliza o termo “questão ambiental”, porém com poucas menções.
Referência do Conceito utilizado para definir o conceito (autor e obra)	Não conceituação direta do conceito de questão ambiental e/ou socioambiental, desta forma não foi utilizado uma obra e autor específico sobre o conceito.
Conceito de questão ambiental e/ou socioambiental(ex plicitado no artigo)	Não menciona referência para o conceito utilizado.
Relação entre Questão ambiental e questão social. Identifica se é expressão da questão social?	Da mesma forma a questão ambiental, manifesta nas consequências climáticas e outras formas de degradação da natureza que contribuem para a pauperização das condições de vida" (AQUINO; NASCIMENTO, 2024. p. 13). Tal perspectiva sugere que as manifestações da questão ambiental não se restringem aos danos sobre o meio ambiente, mas também afetam diretamente as condições de existência humanas.
Relação com o capitalismo	No texto não é mencionada a relação explicitamente a relação entre a questão ambiental e o modo de produção capitalista, se surge com o sistema capitalista ou em sua crise. O conceito de “consequências climáticas”, foi defendido como mais apropriado, ao invés de emergência climática, uma vez que essas mudanças climáticas são consequências do modo de produção sob o regime do capital. (p. 10)
Artigo e autor(a)	O machado esquece, árvore recorda”: reflexões sobre racismo ambiental e as enchentes no Rio Grande do Sul (ESCOBAR; LEWGOY, 2024)
Termo Utilizado	As autoras utilizam ambos conceitos, sendo “questão socioambiental”.
Referência do Conceito utilizado para definir o	As autoras abordam a questão ambiental e socioambiental, utilizam os dois termos, mas sem uma referência para explicitar tais conceitos.

conceito (autor e obra)	
Conceito de questão ambiental e/ou socioambiental(ex plicitado no artigo)	Não há no texto definição do conceito utilizado as autoras não abordaram diretamente a questão ambiental, mas relacioná-la à justiça ambiental e ao racismo.
Relação entre Questão ambiental e questão social. Identifica se é expressão da questão social?	As autoras, argumentam que a questão social está estreitamente ligada à questão ambiental, afirmam essa concepção com base na tese de doutorado de Silva (2022) que estudou a perspectiva socioambiental (ESCOBAR; LEWGOUY, 2024, p. 8).
Relação com o capitalismo	Não apresentam a origem da questão ambiental se vem do modo de produção capitalista ou da crise, mas a análise relaciona a catástrofe à apropriação capitalista e ao neoliberalismo que sucateia políticas públicas e as legislações ambientais em benefício do capital.